



Anais da Assembléia

N.º 44

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1984.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Antônio Annibelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinatti, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondy Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pércilces Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 31/84.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, requeiro inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Lei n.º 87/84, em Regime de Urgência e com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e Finanças.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER preferência de Discussão e votação para o projeto de Lei n.º 22/84 que se encontra em 3.ª Discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM, após ouvido o Plenário, preferência de Votação ao Projeto de Lei n.º 156/83, que se encontra na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO e TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados componentes da Bancada do Partido Democrático Social, infra-firmados, com base no Art. 92 e seguintes, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e Art. 20, da Constituição do Estado, REQUEREM seja convocado o Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, Deputado Federal Euclides Scalco, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, conforme Decreto 2934, de 4 de maio de 1984, para proceder ampla análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de Governo.

Com base no Art. 92, § 1.º, do Regimento Interno desta Assembléia, REQUEREM, também, que o mesmo compareça no dia 29 do corrente, às 14h 30min, para ser ouvido em Sessão Plenária desta Poder.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O chamado "escândalo dos dólares" ocorridos no âmbito das Secretarias das Finanças e do Planejamento, sob as administrações dos Senhores Erasmo Garanhão e Belmiro Valverde Jobim Castor, respectivamente, está a exigir pelo reclamo popular e pela repercussão não só no Estado, como

também em todo o País, uma ampla investigação por parte do Poder Legislativo que não pode renunciar às suas prerrogativas de poder fiscalizatório.

"O direito investigatório do Congresso acha-se implícito no poder de legislar. É direito que qualquer Casa do Congresso tem de investigar fatos determinados".

É o que ensina João de Oliveira Filho in "Legislativo: Poder Autêntico", Editora Forense, 1.^a edição, 1974, pág. 268.

O direito de investigar, que os legisladores têm, "quer sejam do Congresso Nacional, das Câmaras Estaduais ou das Câmaras Municipais, é indiscutível, reconhecido em todos os países de organização democrática".

Fiscalizar o Governo é função inerente às Assembléias.

"Nos regimes representativos, as Assembléias têm duas funções principais: legislar e fiscalizar o Governo", segundo doutrina Francisco Sá Filho, in "Relações entre os Poderes do Estado", editora Barsoi, 1959, pág. 89.

E aduz o mesmo tratadista:

"O Legislativo não se limita a fazer leis, mas também fiscaliza o Governo. E essa ação investigadora há de revestir-se de poderes compulsórios contra as pessoas ou outras entidades investigadas, com a possibilidade de infligir-lhes penas se recusam a comparecer quando intimadas ou a prestar declarações, bem como se negam a exhibir papéis, documentos ou relatórios em seu poder".

No dia 02 do corrente, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado tornou pública uma Nota Oficial informando que tendo chegado ao seu conhecimento atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do seu governo, iniciou averiguações tendentes a esclarecê-los.

No dia 04 do corrente foi constituída a Comissão de Alto Nível, presidida pelo advogado Otto Luiz Sponholz, presidente da OAB do Paraná, que acabou por renunciar à presidência da Comissão e à função de membro da mesma, por "não desejar ver a OAB atingida por respingos do mar de lama "que corre sob o "escândalo dos dólares".

Convocados por esta Assembléia, aqui compareceram os Secretários do Planejamento, autor da acusação contra operações irregulares praticadas pela Secretaria das Finanças, sob a responsabilidade do Secretário Erasmo Garanhão, e esse Secretário.

No seu libelo acusatório contra Garanhão, o Secretário do Planejamento confirmou perante esta Assembléia que no início de fevereiro de 1984, chegou ao seu conhecimento que o Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, havia autorizado uma ope-

ração de crédito externo, no valor de US\$ 7,2 milhões, junto ao Midland Bank de Londres, através de uma corretora, Lemann Ltda., Participações e Empreendimentos.

Por essa operação, o Tesouro Estadual pagaria 6,85% de comissão local, ou seja, 493 mil dólares, cerca de 740 milhões de cruzeiros a preços de hoje.

A operação, conforme acentuou o titular do Planejamento, era totalmente despropositada, pois mais da metade da dívida externa que o Estado do Paraná estava autorizado a rolar em 1984, isto é, 28 milhões de dólares em um total de 55 milhões de dólares, é contraída junto ao Banco do Brasil.

Portanto, antes de fazer qualquer operação junto a um banco particular era providência elementar negociar a rolagem da dívida de 1984 junto ao Banco do Brasil, que não cobra comissões locais. Assim o Estado do Paraná pouparia 493 mil dólares, cerca de 740 milhões de cruzeiros a preços de hoje.

A presença de um corretor na operação também causava estranheza e o fato de que ela tivesse sido autorizada no auge da crise de liquidez brasileira era insólito.

Depois de acentuar que esses fatos e comentários sobre irregularidades em decisões da área financeira, levaram-no a mandar rever toda a documentação relativa às operações de crédito realizadas no ano passado.

E o libelo acusatório diz que foi constatado que em uma das operações, intermediada pela mesma Lemann Ltda. Participações e Empreendimentos, tinha ocorrido a majoração da Comissão de agenciamento e que, com isto, a operação tinha custado mais 98 mil dólares do que devia, isto é, cerca de 150 milhões de cruzeiros.

Segundo o Secretário do Planejamento, configurava-se, no seu ponto de vista, uma situação em que o Governador do Estado (que é quem assina as operações), o Procurador Geral (que analisa sob o aspecto jurídico) e o Secretário do Planejamento (que as analisa sob o aspecto de mérito da aplicação dos recursos) poderiam ter coonestado uma situação irregular.

Depois de historiar aspectos relacionados com o que determina o Decreto 5882/74, o Secretário do Planejamento revelou a esta Assembléia que decidiu levar os fatos ao conhecimento do Chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Scalco e discutiu o assunto com o Procurador Geral do Estado, Dr. Mauro Maranhão.

Ainda segundo depoimento do Secretário do Planejamento, o Chefe da Casa Civil já estava preocupado com fatos que envolviam o Secretário das Finanças. Fatos ligados a operações de crédito pessoal feitas ou avalizadas por ele com taxas de juros al-

tamente favorecidas.

O Secretário do Planejamento afirmou perante este Plenário que Scalco levou o assunto ao Governador.

Diante de tudo isso e mais do depoimento do Secretário das Finanças nesta Assembléia, refutando as acusações do Secretário do Planejamento, e para dirimir as dúvidas existentes e suscitadas pelos dois depoimentos, impõe-se a esta Assembléia ouvir preliminarmente o Secretário Chefe da Casa Civil, para que a transparência da verdade seja absoluta perante este tribunal do povo e para que este Poder Legislativo, no cumprimento das suas atribuições constitucionais, possa informar-se adequadamente para o caso de corrupção envolvendo dinheiros dos contribuintes. A denúncia de corrupção, formulada pelo Secretário do Planejamento, evidencia que teria sido causado ao Tesouro Estadual um prejuízo, só na operação com a Lemann, de mais de 150 milhões de cruzeiros, a preços de hoje. A Bancada da Minoria não pode aceitar que os integrantes da Bancada da Maioria, que sempre se apresentaram como na expressão do seu líder, "travestidos de vestais da moralidade pública", possam vir a pactuar com possíveis atos de corrupção no Governo do PMDB, o que seria consumir uma traição à preservação da moral de todos os paranaenses. A Bancada da Minoria, ao formular o presente requerimento, reafirma a sua firme disposição de apurar todas as irregularidades ocorridas no "escândalo dos dólares" para que a corrupção não fique impune e seus autores sejam submetidos às leis do País, doa a quem doer!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar" pelo passamento da Senhora ALICE GUIMARÃES DE PAULA XAVIER, ocorrido na cidade de Ponta Grossa em 17 p. passado.

A extinta era viúva do Sr. Miguel de Paula Xavier, pertencente a tradicional família pontagrossense e mãe do Dr. José Olímpio de Paula Xavier, Secretário da Administração do Estado do Paraná.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência àquela autoridade e aos demais familiares. Endereço: Rua Mal. Hermes, 999 - Edifício Castelo Branco, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER voto de profundo pesar pelo faleci-

mento de NICOLAU FERES, ocorrido ontem na cidade de Antonina onde foi sepultado.

O extinto era libanês de origem, estava radicado naquela cidade litorânea há mais de 60 anos, onde conseguiu tornar-se estimado por toda a comunidade pelo seu caráter excelente e sempre disposto a colaborar para as boas causas do povo antoninense.

Comerciante estabelecido durante todo este tempo, fez amigos incontáveis e a todos tratava com fidalguia conseguindo cada vez mais ampliar seu círculo de amizade e ser estimado por todo o povo capelista.

Que se dê conhecimento do voto de pesar aos seus familiares na pessoa do Sr. Gil Feres, à Rua 15 de Novembro, 135, na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação da ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Augusto Valim, ocorrido na municipalidade de Campina da Lagoa.

O Município de Campina da Lagoa está enlutada pelo desaparecimento do Senhor Sebastião Augusto Valim acontecido recentemente. Abre-se uma lacuna que dificilmente deverá ser preenchida, pois tratava-se de um cidadão cujo procedimento como homem integrado à sua comunidade sempre teve ciência da real necessidade de trabalhar com absoluta honestidade, não de forma isolada, mas sim em sincronia com todos os demais.

Os primeiros passos dados em termos de desenvolvimento em Campina da Lagoa estão fortemente ligados às ações do respeitável pioneiro Sebastião Augusto Valim, notadamente nos fatos que levaram à emancipação política e administrativamente em razão das potencialidades daquela cidade.

Alio-me, portanto, aos sentimentos da pioneira família neste momento de profundo pesar, assim como ao círculo vasto de amigos e companheiros do falecido, fazendo comunicado oficial ao Vereador Luiz Valim de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com a Senhorita MARIA CELINA GONÇALVES pela sua eleição como Presidenta do Lar da Acadêmi-

ca de Curitiba.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria e Conselho Fiscal.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações com a Senhorita CLAUDETE MARIA CAMPANA pela sua eleição como Presidenta da Casa da Estudante Universitária de Curitiba.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria e Conselho Fiscal.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção nos anais da Assembléia Legislativa de um voto de regozijo pelo transcurso do Dia do Trabalhador Rural, a ocorrer no dia de amanhã, 25 de maio.

Requer ainda que, do presente pronunciamento, se dê ciência à FETAEP - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador rural merece nosso profundo respeito. Ele responde pela produção do importante setor primário da economia nacional, alimentando as populações dos grandes centros urbanos.

Especialmente pelo grande contingente paranaense de "bóias-frias" e outros trabalhadores rurais mal remunerados, e pela falta de terras para nelas trabalharem, entre outros fatores, a atenção lhe é devida.

Tais elementos, Srs. Deputados, justificam nosso requerimento, que corresponde limitadamente à necessidade de constante discussão da questão do trabalhador rural, que representa o canal de solução de grandes problemas nacionais e de nosso Estado, especialmente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata de um voto de regozijo ao Dr. ATILANO DE OMS SOBRINHO,

pela conquista nos Estados Unidos da América, do título e Campeão Mundial em WPX-SSB da The Radio Amateur's Found, entidade responsável pelo Torneio Mundial de Radioamadorismo.

Da decisão plenária, requeiro se dê ciência ao Dr. Atilano de Oms Sobrinho.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, apelo ao Secretário de Planejamento a fim de alterar minuta do projeto de lei encaminhado aos Municípios para o convênio do PRAM, tomando por base o valor da ORTN na data da liberação do recurso e não no valor de janeiro, evitando prejuízo aos municípios com a defasagem de 47%.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após aprovação do Plenário, seja consignada na ata da presente sessão plenária, MOÇÃO DE APOIO às reivindicações dos servidores das instituições federais de ensino superior (professores e funcionários técnicos e administrativos), constantes da pauta seguinte:

1 - Respostas de 64,8% sobre o salário de janeiro/84, a partir de janeiro, o que corresponde à complementação de 100% do INPC de 1983;

2 - Reajuste semestral igual ao INPC do semestre, a partir de julho de 1984, garantido por lei;

3 - 13.º salário para estatutários e quinquênios para celetistas;

4 - Piso salarial de 3 (três) salários mínimos;

5 - Verbas para pleno funcionamento das IES;

6 - Imediata revogação da Portaria n.º 62/84 e suplementação de verbas para restaurantes e hospitais universitários;

7 - Contratação imediata e definitiva de todos os professores classificados em concurso público.

Requerem, ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência aos Senhores Carlos Alberto Faraco (Presidente da Associação dos Professores da UFPR), Luiz Pinguelli Rosa (Presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES), e Roberto Kugler (Presidente da Associação dos Servidores da UFPR - ASSUFEPAR).

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(aa) ACIR MEZZADRI

TADEU FRANÇA
 NELSON VASCONCELLOS
 PAULO FURIATTI
 SÉRGIO SPADA
 MÁRIO PEREIRA
 MÁRCIO ALMEIDA
 ADHAIL SPRENGER PASSOS
 NILSO SGUAREZI
 ROBERTO REQUIÃO
 ANTÔNIO ANNIBELLI
 TADEU LÚCIO MACHADO
 SABINO CAMPOS
 JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
 DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
 RUBENS BUENO
 FERRARI JÚNIOR
 NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O movimento reivindicatório dos Professores tem tido o apoio da imprensa e entidades representativas da sociedade civil. Não podemos, nós, Parlamentares, permanecer insensíveis a ele.

O descaso que os órgãos competentes têm demonstrado com a Educação, coloca em risco a esperança de que nós, brasileiros, possamos ter, num futuro próximo, uma Universidade democrática, crítica e voltada para uma produção de conhecimentos genuinamente brasileiros e comprometidos com a realidade do país, além de colocar em risco a universidade pública e gratuita.

A greve deflagrada é um instrumento de luta, legítimo e pacífico, e é a única maneira de buscar um enfrentamento com o Governo Federal, na busca de salários justos e melhoria das condições de trabalho.

Ao manifestarmos nossa solidariedade, esperamos o fim de uma política educacional inadequada e descomprometida com os interesses da maioria da população, e esperamos contribuir para o surgimento de uma reflexão cultural crítica e o despertar de atitudes políticas mais participativas.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DER, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe o asfaltamento ao acesso ao Colégio Adventista, no Município de Ivatuba.

A presente solicitação, prende-se ao fato de que atualmente o acesso encontra-se em precaríssimas condições, ocasionando transtornos não só para alunos, professores, como também, para toda a população de Ivatuba, sobretudo nos dias de chuvas.

Outrossim, requer que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Sr. Enis

Dittbener, no Município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhe a instalação de um Posto de Saúde, no Distrito 7 de Maio, no Município de Cambira.

Tal solicitação, prende-se ao fato de que o Distrito 7 de Maio no Município de Cambira, é um local por demais carente, em termos de saúde. No presente momento a população que lá reside não dispõe de local apropriado para serem efetuados os programas de saúde do Estado e do município.

Outrossim, requer que, da decisão desta Casa, se dê conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores, e ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB, no Município de Cambira.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Diretor Superintendente do IPE (Instituto de Previdência do Estado), através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, objetivando a instalação de um posto de atendimento no Município de Jandaia do Sul.

A presente solicitação prende-se ao fato de que o Município de Jandaia do Sul, é uma cidade de porte médio no Estado, com grande número de previdenciários e que quando os mesmos necessitam utilizar-se dos serviços previdenciários do IPE, são obrigados a deslocar-se às cidades de Maringá ou Apucarana, ocasionando, grandes transtornos aos previdenciários, inclusive se tal medida, for de fato efetivada com relativa urgência, temos certeza que tal medida não só beneficiaria a cidade de Jandaia do Sul, como também as cidades circunvizinhas, tais como Marumbi, Bom Sucesso, Kalorê, Cambira, São Pedro do Ivaí.

Outrossim, requer que da decisão desta Casa se dê conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Municipal do PMDB, no Município de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao IPE, através da Secretaria de Estado da Administração, solicitando cópia dos seguintes documentos:

- Orçamento Analítico de 1984;
- Contas Telefônicas dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 1984, de todas as linhas telefônicas, instaladas na sede do referido órgão.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná -, Osmar Fernandes Dias, através da Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Posto Avançado da Companhia em Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná -, Osmar Fernandes Dias, através da Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Posto Avançado da Companhia em Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná -, Osmar Fernandes Dias, através da Secretaria de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um Posto Avançado da Companhia na cidade de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às bancadas de todos os partidos no Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal), solicitando o apoio na aprovação por unanimidade do projeto de lei que tramita no Con-

gresso Nacional regulamentando a profissão de Técnico Agrícola.

Sala das Sessões, em 24/05/84.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A regulamentação da profissão de Técnico Agrícola na categoria de classificação de cargos do DASP vem ao encontro do desejo desses profissionais em reconhecer a carreira uma vez que estes vêm dando grande contribuição ao desenvolvimento de nosso Estado. É necessário, além da regulamentação da profissão de Técnico Agrícola junto ao DASP, proporcionar as condições necessárias para o exercício desta profissão. O Técnico Agrícola é o profissional que prestou reconhecida folha de serviço à agricultura paranaense levando a tecnologia a todos os rincões paranaenses possibilitando ao lavrador auriar conhecimentos no desenvolvimento da sua empresa rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a destinação em caráter emergencial, de um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola para dar assistência profissional junto à ACARPA existente na municipalidade de Goioerê.

Com uma área superior a 1.200 quilômetros quadrados, o Município de Goioerê conta nestas mesmas extensas áreas diversas propriedades rurais onde são plantados diversos cultivares ou são criadas espécies de animais tanto para corte ou para leite. Tais atividades são as responsáveis pelo processo desenvolvimentista, sua base sócio-econômica.

Em face de tal realidade, Goioerê mais do que nunca deve contar sempre com uma assistência técnica para aquele setor agropecuário à altura de sua importância, fato que atualmente não ocorre. Pois, o que existe é a falta de um maior número de profissionais que oferecem assistência de forma mais afetiva, especialmente aos proprietários de menor porte.

Neste sentido, reivindico a essa Secretaria de Estado da Agricultura, juntamente com a ACARPA, que seja feita uma avaliação breve quanto ao problema levantado, designando um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola que, de início, contribuirão na eliminação de uma série de

problemas ora verificados.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam avaliadas as reais possibilidades de se liberar recursos de ordem financeira para a construção de uma via de pedestre na Municipalidade de Roncador.

A Câmara Municipal de Vereadores de Roncador, realizou recentemente mais uma sessão plenária, que dentre as inúmeras deliberações, aprovou requerimento de autoria do nobre Vereador Hugo Darci Barth, solicitando apoio para a construção de uma via para pedestre a ser edificada no prolongamento da Avenida São Pedro até a Vila denominada Anchieta, numa extensão de aproximadamente 800 metros.

Trata-se de uma importante reivindicação justa, pois com a sua concretização possibilitará melhores condições de segurança a todos os munícipes daquela cidade.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte objetivando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção de uma arquibancada no Estádio Azarias Diniz, localizado na Municipalidade de Mariluz.

As dificuldades decorrentes dos desdobramentos das crises existentes notadamente no âmbito da conjuntura econômica, permitem o aparecimento dos mais diversos problemas, cujos reflexos atingem sobremaneira os municípios. Estes, sem disponibilidade de recursos não têm podido criar condicionamentos capazes de assegurar a eliminação dos diversos aspectos que tem contribuído mais e mais no empobrecimento dos seus cidadãos.

Mariluz, pertencente à Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão, indiscutivelmente é uma das cidades que mais justifica as dificuldades vivenciadas em consequência da insuficiência ou até mesmo total falta de recursos, existindo inúmeros problemas sociais.

Atualmente, é sabido que a Administra-

ção Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, não tem podido viabilizar parte de suas metas de trabalho assumidos ante ao conjunto daquela coletividade.

Um dos setores que bem justifica tais dificuldades, é no tocante ao setor esportivo, única atividade que serve de lazer especialmente pelos jovens. Ademais, o desenvolvimento da prática do desporto acontece em sua maioria, no Estádio Azarias Diniz. Este local, por sua vez, necessita urgentemente submeter-se a algumas melhorias a fim de condicioná-lo à altura do próprio porte daquela cidade.

Aliado a tais preocupações, o eminente Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, O Senhor Manoel Neto de Lima, enviou a este Deputado que subscreve, ofício neste sentido, encarecendo a imediata liberação de recursos que serão aplicados na construção de arquibancada naquela praça esportiva.

Por certo que a reivindicação ora exposta, merecerá dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte a devida avaliação, tendo em vista a sua real importância.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Cafe do Paraná, solicitando que o Município de Mariluz integre o Projeto Micro Bacias ligando a Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mariluz está intimamente ligado a Campo Mourão dada que hoje Campo Mourão é na realidade o pólo de sua região, sendo assim é reivindicação daquela comunidade que todos os projetos destinados àquele município sejam ligados quanto à sua execução a Campo Mourão, inclusive o que ora está para entrar em execução.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior e ao Presidente da Sanepar, solicitando a implantação de rede de água no Distrito de São Luiz, Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de São Luiz, localizado no Município de Mariluz, é sem sombra de dúvida um dos mais desenvolvidos de toda a sua região, mas infelizmente não conta até o presente momento com uma infra-estrutura capaz de suprir as necessidades dos que lá habitam e que com seu trabalho fazem o progresso não só do município, mas também do Estado do Paraná. Entre esses melhoramentos básicos há necessidade urgente de ali se implantar a rede de água, daí a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, solicitando a instalação de uma Sub-Delegacia de Polícia no Distrito de São Luiz, Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz, tem importância fundamental não só na economia do município mas também de todo o Estado, mas infelizmente sua população carece profundamente de certos organismos que lhes dêem segurança e tranquilidade, e este é o principal motivo da presente reivindicação, para que todos que ali residem possam trabalhar para o progresso da terra paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE do Paraná, solicitando a instalação de um posto da mesma em Mariluz.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mariluz, é grande produtor de grãos e colabora com isso decisivamente na economia estadual, necessitando urgente dos benefícios que um escritório da CAFE do Paraná traria aos agricultores que lá residem, tanto que esta solicitação é uma velha reivindicação do Prefeito local, o qual, conforme informações que temos, estaria disposto inclusive a doar

terreno e prédio para instalação do mesmo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a criação de uma linha de ônibus intermunicipal ligando Curitiba/Mandirituba, em caráter exclusivo.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

Mandirituba é um importante município de nossa Região Metropolitana, sobressaindo-se na agricultura e na indústria.

Contando com uma população superior a 25.000 habitantes, distando cerca de 40 quilômetros da Capital, diversos moradores diariamente aqui vêm a negócios e outros afazeres. Inúmeros alunos estudam em Curitiba, quer no período diurno como noturno, tendo como único meio de transporte o ônibus que faz a linha extensiva até Rio Negro (Empresas Reunidas), no sistema "pinga-pinga" (apanhando passageiros em plena estrada, viajando normalmente mal acomodados e sem poltrona fixa).

Viabilizando melhor atendimento aos reclamos de inúmeros usuários, conveniente seria a criação de uma linha exclusiva, com horários pré-estabelecidos que viesse beneficiá-los não apenas no conforto, mas principalmente evitar possíveis desencontros gerados por atrasos ou superlotação dos ônibus que fazem aquele percurso.

A concessão, evidentemente, ficará a critério da Secretaria dos Transportes, dentro das normas estabelecidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor do Detran, solicitando a Sua Senhoria para que determine, com urgência, ao Senhor Chefe da Ciretran de Jacarezinho, o cumprimento do estabelecido no Decreto Federal 2.068 de 9/11/83, publicado no Diário Oficial da União, de 10.11.83.

Tal solicitação se faz tendo em vista as sistemáticas negativas, daquele cidadão, em cumprir o referido Decreto.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 121/84.
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - A rodovia ligando Cascavel a Boa Vista da Aparecida, passando pelos distritos de Rio do Salto e Juvinópolis, a ser pavimentada conforme programa da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, chamar-se-á - RODOVIA RENATO FESTUGATO - a partir da vigência desta lei.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL:

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma justa homenagem a um homem que consagrou o melhor de sua vida a serviço do desenvolvimento de Cascavel e do Oeste do Paraná.

A rodovia projetada para receber asfaltamento no programa do atual Governo, representou o caminho do pioneirismo e da fé no trabalho do Senhor Renato Festugato, de saudosa memória, razão que sustenta a nossa proposição do presente projeto de lei.

O homenageado foi homem que acreditou no Paraná, investindo na outrora região agreste do oeste paranaense, criando empresas e transformando aquele chão em um novo modelo de progresso e de civilização.

O SR. PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não basta declarar e reconhecer os direitos do homem. Torna-se necessário realizá-los e promovê-los na realidade social e no Estado. Os direitos fundamentais nunca estão integralmente realizados e a sua realização efetiva está sempre aquém do exigível e do possível. A própria transformação social vai exigindo novas garantias, criando novos direitos, alargando espaço de realização dos direitos fundamentais.

Esse trecho, o eminente jurista Vital Moreira, embasa a justificativa do projeto de lei, que essa Assembléia hoje discute e vota e, tenho certeza, aprova por unanimidade, como fez nas duas oportunidades anteriores, projeto de lei esse que dispõe sobre a ação social do Estado no que respeita a educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiência e dá outras providências.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. O presente projeto de lei tem como razão primeira e principal dar cum-

primento ao imperativo constitucional escrito no artigo 158, da Constituição Estadual, e que diz no caput: "É assegurado aos deficientes a melhoria da sua condição social-econômica, especialmente no tocante a educação, assistência, a proibição de discriminação e possibilidades de acessos a edifícios e logradouros públicos".

Eis aí portanto, no que se traduz a presente proposta, concretizar a ação social e política do poder público, no que respeita a educação, habilitação ou reabilitação e integração social da pessoa com deficiência. A concessão de direitos às pessoas com deficiência, proposta pelo projeto, de autoria das entidades que atuam na área da deficiência física, mental, auditiva, visual e de pessoas também não só participantes das entidades mas de pessoas comprometidas com a causa, corresponde a uma complementação e ao desenvolvimento da norma constitucional, busca compensar a situação de fato de carência, da incapacidade ou de menor proteção em que se encontram de regra os deficientes, de modo que esses direitos apareçam como instrumentos de concreta e efetiva realização da igualdade social.

Merece particular destaque três pontos do projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a criação do Conselho Estadual de Educação, habilitação, reabilitação e integração social, a quem competirá assegurar aos deficientes a efetiva realização dos seus direitos, e a quem estará reservado particular e importante ação comunitária, na sua ação de conscientização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à habilitação e integração igualitária dos deficientes.

A estrutura do Conselho está adequada à sua função de órgão de consulta descentralizada, destinada a canalizar a participação de trabalhadores deficientes e de associações, no equacionamento e na solução de problemas concretos como o emprego, a reabilitação e a educação.

Além disso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dispõe o presente projeto da reserva de mercado de trabalho, em termos dos empregos públicos da administração direta consoante recomendação da Organização Internacional do Trabalho, adotado já por inúmeros países e em processo de adoção em outros Estados do País.

E por último, o projeto dispõe, disciplina, melhor dizendo, os exames médicos pré-dimensionais no serviço público de pessoa com deficiência aprovada em concurso. Esse aspecto em particular tem sido responsável por inúmeros casos de injustiça, por não haver um disciplinamento nos exames médicos pré-dimensionais das pessoas portadoras de qualquer tipo de defi-

ciência.

Temos assim concluído um rápido esboço do projeto, Senhor Presidente, Senhoras e Sennores Deputados, que pretende ir ao encontro dos valores e interesses e necessidades da pessoa com deficiência.

Em nome das entidades e das pessoas que participaram da elaboração do anteprojeto e que vêm acompanhando com atenção esses dias de votação, nós, de público, agradecemos o apoio de todos os Deputados e, em particular, do Deputado José Fonseca, do Deputado Nelson Vasconcellos, que foram relatores nas respectivas comissões e emitiram pareceres favoráveis ao presente projeto.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, nesses breves cinco minutos, abordar dois assuntos: primeiro, diz respeito a um requerimento que estou enviando a Mesa, em expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a criação da linha de Ônibus intermunicipal, ligando exclusivamente Curitiba-Mandirituba.

Mandirituba é um importante município de nossa região metropolitana, sobressaindo-se na agricultura e na indústria, contando com uma população superior a vinte e cinco mil habitantes, distando cerca de quarenta quilômetros da Capital. Diversos moradores aqui vêm a negócios, e outros afazeres; inúmeros alunos estudam em Curitiba, quer no período diurno como noturno, tendo como único meio de transporte, o Ônibus que faz a linha extensiva até Rio Negro - a Empresa Reunidas - que, sistema "pinga-pinga", apanhando passageiros em plena estrada, viajando normalmente mal acomodados e sem poltronas fixas.

Viabilizando melhor atendimento aos reclamos de inúmeros usuários, conveniente seria a criação de uma linha exclusiva com horário pré-estabelecidos que viessem beneficiá-los não apenas no conforto, mas, principalmente, em evitar possíveis desconfortos gerados por atrasos ou superlotação dos Ônibus que fazem aquele percurso. A concessão, evidentemente, ficará a critério da Secretaria dos Transportes dentro das normas estabelecidas.

É bom que se acrescente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a atual linha intermunicipal que faz o percurso de Rio Negro a Curitiba e que apanha passageiros também em Quitandinha e Mandirituba, esses passageiros têm que ficar na BR 116, e o Município de Mandirituba tem como

seu maior distrito - inclusive maior do que a sede - a Fazenda Rio Grande, e os habitantes distam da BR 116, dois, três, quatro e até dez quilômetros e, para apanhar o ônibus, têm que caminhar todo esse percurso e, evidentemente, não é justo. Então, uma linha especial, unindo Curitiba a Mandirituba, iria fazer também o percurso dentro do interior do município.

O outro assunto que eu quero abordar é com respeito a romaria que é feita pela Rádio Colombo, que há vinte e um anos é fruto do programa da "Hora dos Anjos", que apresento por aquela emissora, às dezoito horas. Todos os anos é feita essa romaria, e eu já tive a oportunidade de, no ano passado, fazer o convite aos Senhores Deputados, a todos os meus colegas da imprensa e a todos os meus colegas, companheiros, funcionários desta Assembléia.

E, hoje, quero fazer novamente este convite para a décima sexta romaria em louvor à Nossa Senhora de Guadalupe, que vai desenvolver amanhã, dia vinte e cinco, sexta-feira, desde às cinco horas da manhã até a meia noite ou, talvez, até o outro dia. Como tem ocorrido, essa romaria faz parte do calendário turístico do Município e do Estado, e lá acorrem, dentro de um sentimento de fé, religiosidade, mais de sessenta, setenta, oitenta mil pessoas.

Então, nada mais justo, como representante do povo, eu fazer o convite aos meus Pares dos dois Partidos e também fazer o convite a todos os meus companheiros da imprensa e a todos os demais funcionários, colegas desta Casa. É a décima sexta romaria em louvor à Nossa Senhora de Guadalupe. Portanto, há dezesseis anos se faz isto com espírito cristão, com espírito de fé, apoliticamente, porque antes de ser político já vinha fazendo este apostolado em favor do povo, em favor sobretudo da fé, vindo de encontro com o espírito da religiosidade do nosso povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente. *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. *(Lê)*:

"O político que mente, que seduz para tirar proveito próprio, que cuida dele e não do próximo, que se farta nos negócios administrativos, fere uma coletividade inteira, frustra as mais belas esperanças de um povo todo. Um dia isto não mais ocorrerá. Um dia esta República será outra, tendo um novo manto político a cobri-la. Um dia a política será a bela filha da moral e da razão. Um dia a democracia será para todos e não só para alguns. Basta que o po-

vo queira."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com estas palavras do saudoso patriota Fernando Ferrari, o então Deputado Estadual Nelson Miguel Friedrich iniciava, nesta Casa, em 25 de maio de 1979, pronunciamento comemorativo do Dia do Trabalhador Rural.

Amanhã faz 21 anos que desapareceu o ex-Deputado e ex-dirigente petebista do Rio Grande do Sul Fernando Ferrari, em dia erigido como homenagem aos trabalhadores rurais do Brasil. É talvez, por isso mesmo, um dia lembrado por poucos.

A figura extraordinária de Fernando Ferrari está consubstanciada nas palavras de Érico Veríssimo, quando o disse "um líder juvenil dotado de uma serena coragem apostólica que nada tem a ver com bravatas, cargas de cavalaria e patas de cavalo".

É o homem que procurou trazer não só as garantias legais já desfrutadas pelos trabalhadores da cidade, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e auxílio-funeral.

Tendo sido candidato à Vice-Presidência da República, em 1960, Fernando Ferrari defendeu um Programa denominado REPÚBLICA SOLIDARISTA, expresso basicamente nos seguintes pontos: defesa da PETROBRÁS, defesa dos recursos naturais do sub-solo, amparo efetivo ao homem do campo, recuperação do Nordeste, disciplinação dos investimentos estrangeiros, bem como restrição da remessa de lucros das multinacionais para o exterior e combate aos privilégios de toda a ordem.

Na República Solidarista advogada por Fernando Ferrari, SOMENTE A ESCOLA E A CRIANÇA DEVERIAM TER PRIVILÉGIOS. Na mesma linha, pregou a Campanha das MÃOS LIMPAS, como forma de conter e eliminar a corrupção eleitoral que até hoje desgraça a vida política nacional.

O quanto é atual, Senhor Presidente, Senhores Deputados o apelo dessa notável personalidade política da política republicana!

Ainda esses dias, a Nação assistiu, entre emocionada e solidária, à grande vitória dos canavieiros de Guariba, que conquistaram, em heróica luta, a maciça maioria das reivindicações frente aos usineiros.

Na mesma linha de intervenção, os apanhadores de laranja mostram o lado da moeda na produção de laranja, cujos enormes lucros dos exportadores afrontam a miséria dos trabalhadores do setor.

Estes acontecimentos, que resgatamos à véspera do Dia do Trabalhador Rural, com

centena de outros, deixam a nu a situação do campo brasileiro, hoje num patamar insustentável sob todos os aspectos.

Ao separar o pequeno produtor rural da posse ou propriedade da terra e recontra-tá-lo em caráter temporário na produção de exportação, a política econômica do Governo Federal, de incentivo aos grandes proprietários, tem feito, na prática, esmagar a produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno.

É inconcebível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um País tão rico de terras como o Brasil tenha atingido um grau de fome e miséria tamanha, ao mesmo tempo que os alimentos atingem preços recordistas.

Esta conjuntura no campo coloca na ordem do dia a necessidade de uma reforma agrária, como início de uma série de mudanças no campo brasileiro, visando ao abastecimento do mercado interno, com a dignificação do trabalhador rural.

Os trabalhadores do campo e da cidade exigem, crescentemente, uma reforma agrária ampla, massiva e imediata. Ampla porque extensiva a todo o território brasileiro. Massiva porque favorecerá todos os trabalhadores brasileiros. Imediata porque a Nação já não suporta a exploração das maiorias camponesas e assalariadas, a recessão, o sucateamento da indústria e da agropecuária.

Nos próximos dias deveremos proceder uma minuciosa análise da situação no campo, fazendo, neste momento, apenas uma homenagem a todos quantos sofrem no campo por culpa de um grupo de forças antinacionais, antidemocráticas e antipopulares, que temos certeza, tem os seus dias contados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou em mãos com o jornal "O Estado de São Paulo", inegavelmente o maior jornal que se edita na América Latina, um jornal do mais alto conceito na opinião pública.

Em edição desta 5.^a feira, o Estadão traz, em primeira página, a respeito do escândalo do "Mogi-Gate", quando um Deputado do PMDB tentou extorquir uma empresa de ônibus em São Paulo, o Diretório Nacional, simplesmente, não conseguiu quorum para expulsar esse parlamentar de suas fileiras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em primeira página, o jornal "O Estado de

São Paulo", publica hoje a seguinte declaração do Senador Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Diretório de São Paulo, do PMDB. Atentem para o que diz o Senador Fernando Henrique Cardoso, que não é outro se não o Presidente do PMDB de São Paulo.

Segundo o Senador, "o PMDB está minado pelo câncer da corrupção."

Sem comentários. (Sem Revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O prestigiamento à administração tem que ser onde vivemos; e acho que os municípios devem ser prestigiados; promessa do Governo de prestigiamento e valorização.

Mas o que nós estamos vendo neste Governo, primeiro com os convênios para pagamento das professoras municipais, à disposição do Estado, presente de grego. Um salário mínimo, encargos sociais por conta do município. Agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tomo conhecimento da minuta de projeto de lei encaminhando aos municípios, para que as câmaras municipais aprove a proposta do Convênio do PRAN, entre o Município e o Governo do Estado; cuja proposta é de praticamente eliminar os 65% a fundo perdido, que o governo deveria participar. Quando 35% é financiado. A proposta que estou encaminhando, vou ler dois artigos, encaminhada aos municípios: (Lê):

"Artigo 1.º Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a contratar operações de crédito, até o limite de, equivalente a tantas ORTNs, ao preço de janeiro de 84, junto ao Banco do Estado do Paraná, com prazo não superior a 10 anos; juros de até 11% ao ano, correção monetária e demais condições a ser fixada. Contratos de operação de crédito, podendo as aludidas operações serem contraídas parceladamente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ORTN do mês de janeiro, era de 7.901,93 e ORTN deste mês, se for liberado agora neste mês, este recurso do PRAN, será ao valor de 11.145,99. Uma diferença de 47%.

Portanto, se o município firma convênio e vai receber uma importância de 700 e poucos milhões, ele recebe nada menos do que 100 ORTNs, que olhando o valor no mês de maio ela não chega à 70 ORTNs, estando aí o município na hora de receber a 1.ª parcela com uma defasagem de 47%. Onde está a ajuda do Governo com a Participação de Fundo Perdido?

Os municípios já estão em dificuldades

e pretende o Governo fazer com que os atuais prefeitos deste municípios ainda mais inflacionados, com a correção da ORTN; correção da ORTN; correção de 11%, num prazo de 10 anos, os futuros prefeitos vão encontrar um débito junto às prefeituras, quase sem condições de liquidação.

Estou passando hoje um telex ao Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, na minha região, para que os prefeitos se reúnam e discutam e proponham ao Secretário do Planejamento a alteração, que seja tomado por base a ORTN do mês de maio se for liberado o mês de maio. Ou se não for, na data em que for a liberação do recurso e não a partir de janeiro.

Estou encaminhando também à Mesa neste momento, um requerimento no qual faço um apelo ao Secretário de Planejamento, que reestude nesta minuta de lei encaminhada aos municípios, para que altere esta proposta e que vigore a partir da data da liberação e, que corrijam também, a cláusula 4.ª, item 2-b, possibilitando aos municípios condições de utilizarem este recurso em favor do povo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Os fatos quase que diariamente vêm desmentindo aquilo que o PMDB tem pregado nesta Casa, que é o fato de pertencer a um governo participativo e democrático.

Ainda agora nos chegou de Jacarezinho a notícia de que o chefe da CIRETRAN naquele município, o Senhor José Geraldo Machado vem se comportando lá como ditadorzinho. Ditadorzinho de plantão lá na região do norte pioneiro.

Acontece que, ele como chefe da CIRETRAN vem sistematicamente, se negando a cumprir o Decreto de Lei Federal n. 2.068 de 09.11.83.

O fato é extremamente, além de grave, é lamentável. Não pode um funcionário subalterno do Governo abusar e atentar contra o direito da população naquele município, negando-se terminantemente ao cumprimento de um Decreto Federal.

Estamos encaminhando à mesa, Senhor Presidente, Senhores Deputados um requerimento protestando o comportamento desse funcionário da CIRETRAN de Jacarezinho; no mesmo instante, fazemos um apelo à Liderança do PMDB nesta Casa para que recomende ao Senhor Diretor do DETRAN, ao Senhor Secretário da Segurança Pública, para que fatos desta natureza não mais se repitam porque trazem, realmente, transtornos, dissabores, a todos, digo, a toda popula-

ção que se dirige à CIRETRAN de Jacarezi-
nho.

Em segundo plano, Senhor Presidente, eu gostaria de, embora rapidamente, abordar uma colocação feita pelo nobre Deputado Mário Pereira, em aparte que ofereceu ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado. naquela oportunidade, o Senhor Deputado Mário Pereira, contraditando o nosso aparte, explicou a política de extensão da rede de eletrificação rural feita pelo Governo do Estado, no Paraná. Sua Excelência habilmente, inteligente como é, deu cores próprias a essa política de extensão da rede de eletrificação rural, e abordou o assunto dentro da sua ótica, da sua ótica partidária, sem responder, e tangenciando habilidosamente a acusação que nós fizemos na oportunidade; não era bem uma acusação, mas o protesto que nós fizemos, na oportunidade, quando contraditamos as afirmações do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado. Eu disse, naquela oportunidade, que a política de extensão da rede de energia elétrica ao meio rural executada pelo Governo do Estado do Paraná é, na realidade, um pesado ônus cobrado de toda a sociedade paranaense porque ela está sendo feita com recursos externos, empréstimos obtidos em moeda estrangeira e altamente subsidiada pelo Governo do Estado. O Governo do Estado do Paraná não está fazendo nenhum milagre com a extensão da rede de energia elétrica ao meio rural; não está cobrando baixos preços; na realidade, está subsidiando com fartos dólares recebidos do BIRD; está subsidiando a extensão da rede de energia elétrica; toda sociedade irá pagar essas contas, e pagar com pesados juros; um ônus terrível que se abate sobre a economia de cada cidadão.

Nós não vamos discutir aqui e por aí saiu o tangenciamento do nobre Deputado Mário Pereira, as condições de contratação desses serviços; não vamos, tampouco, defender as 16 empreiteiras e a política anteriormente adotada pela COPEL. Absolutamente; não estamos aqui para defender as coisas erradas; podemos até concordar com Sua Excelência que é uma nova mentalidade na contratação de serviços no atual governo; podemos até concordar com isso, agora, não abdicamos e não abrimos mão da afirmativa que fizemos que é incontestável e que foi habilidosamente desviada pelo Deputado Mário Pereira, é que essa extensão, da rede de energia elétrica ao meio rural, repito, está sendo pesadamente subsidiada por toda sociedade paranaense. Entretanto, vem o Partido Oficial fazer disso um cavalo de batalha, um arma política, como se nós daqui, Deputados da oposição, fôssemos brancos, como se nós não estudássemos a administração do Estado; como se nós não estudássemos o orçamento geral do

Estado; como se nós não tivéssemos em mão as informações que obtivemos no Governo do Estado com relação a esses empréstimos externos, onde está ali claro, claro, claríssimo, o contrato realizado entre a COPEL e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo repasse de 120 milhões de dólares é que está propiciando esta política energética do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) Esta Presidência se sente honrada em comunicar a presença neste plenário do digníssimo cidadão, ex-Prefeito de Guaraniaçu, Cidadão Gervásio Pereira, ao qual desejamos boas-vindas.

No grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna desta Casa para dizer que Cascavel, a cidade que tenho a honra de representar neste Parlamento, tem duas reivindicações a fazer junto ao Governo do Estado.

A primeira delas é solicitar a intermediação do governador José Richa junto ao Conselho Estadual de Educação, apoiando a criação dos cursos de Direito e Processamento de Dados e mais a implantação da Habilitação em Supervisão Escolar para a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel-FECIVEL.

Tenho conhecimento de que a criação do curso de Processamento de Dados e a adoção da habilitação em Supervisão Escolar não encontrarão maiores óbices para a sua aprovação.

Em contrapartida, a criação do Curso de Direito vem sendo sistematicamente obstaculizada desde 1980, quando a FECIVEL deu entrada do processo junto ao Conselho Estadual de Educação. Essa justa, antiga e lídima aspiração da massa estudantil do Oeste do Paraná vem esbarrando na discutível argumentação de que a Ordem dos Advogados do Brasil se posicionou contrariamente à criação de novos cursos de Direito no território brasileiro. Não pretendendo aqui discutir a oportunidade da implantação desse importante segmento do ensino superior em outras localidades paranaenses, muito menos em outros Estado. Entendo que num País com dimensões continentais uma decisão de tal envergadura não pode ser generalizada, sob pena de se incorrer em injustiças às vezes irreparáveis. Quero aqui dizer que a região Oeste do Paraná faz por merecer um curso de Direito na cidade sede da microrregião, Cascavel, mesmo porque a FECIVEL se encontra devidamente aparelhada em termos de recursos técnicos.

cos, físicos e humanos para absorver esse curso e outros que porventura venham a ser de interesse comunitário.

Sob o aspecto educacional, a criação do curso de Direito em Cascavel vem atender aos anseios de centenas de estudantes que anualmente deixam a região para prestar exames vestibulares em cidades que possuem essa Faculdade, aumentando a concorrência por uma vaga. E, se aprovado, esse estudante estará sujeito a enfrentar um acréscimo sensível em suas despesas pessoais, pois será obrigado ao pagamento de locação, alimentação, locomoções periódicas, além dos custos normais do ensino, que não são baixos. Mostram as estatísticas que não são poucos os universitários que abandonam o curso pela impossibilidade de arcarem com todas as despesas. E fala-se ainda em eliminar a elitização do ensino!

Quanto ao mercado de trabalho, que dizem estar saturado, discordo dessa argumentação. Estudos geo-sócio-econômicos demonstram que Cascavel, sendo polo geográfico de uma microrregião, tem sua zona de influência delimitada em mais de 22 mil quilômetros quadrados, distribuídos entre 29 municípios habitados por aproximadamente 2 milhões de pessoas. A microrregião possui 15 comarcas, abrangendo 25 Varas Judiciais, o que importa em serviço forense de grande monta. Cascavel será elevada proximamente à categoria de Entrância Final e lá será instalada uma Junta de Conciliação e Julgamento, o que certamente aumentará a prática forense, a exigir profissionais especializados nos vários ramos do Direito.

Para finalizar essa primeira parte do meu pronunciamento, quero informar aos nobres colegas Deputados que na semana entrante, estará em Curitiba uma comissão representativa da comunidade oeste, na qual está incorporada a direção da Sub-Secção de Cascavel da Ordem dos Advogados do Brasil, para expor direta e pessoalmente ao Governador José Richa a oportunidade e a necessidade da criação do curso de Direito para FECIVEL".

Quero fazer um convite aos Deputados votados na região oeste, para que acompanhem essa comitiva na audiência que o Governador José Richa, segunda feira, às 15:30 horas, especialmente o Deputado Edgard Pimentel, Antônio Annibelli, Nilso Sguarezi, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Sérgio Spada, Antônio Fonseca, Paulo Furiatti, Luiz Alberto Oliveira e Tércio Albuquerque. Deputados que receberam expressiva votação na região oeste, região de influência da FECIVEL.

Senhor Presidente, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel... O Sr. Tércio Albuquerque - Permite-me um

aparte, só um segundo.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Com a permissão então do Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu só queria que Vossa Excelência incluísse o nome de mais um Deputado bem votado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - O Deputado Fuad Nacli, peço escusas pelo lapso, meu velho amigo Deputado Fuad Nacli. Aliás, representante de parte da comunidade e mais votado do Município de Nova Aurora, ligado umbelicalmente a Cascavel, porque já fez parte do Município de Cascavel, e há muitos anos é representado na Assembleia pelo Deputado Fuad Nacli, e hoje tenho eu também a satisfação e a honra de representar Nova Aurora.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel foi fundada pela Lei Municipal n.º 855, de 20 de outubro de 1971, mantendo os seguintes cursos: Administração de Empresa; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Enfermagem; Engenharia Agrícola, sendo este um dos quatro cursos existentes no País; Licenciatura em Ciências do 1.º Grau com habilitação em Matemática; Letras com habilitação em Português, Inglês e Francês; Pedagogia com habilitação em Magistério e Administração Escolar, Magistério e Orientação Educacional, todos reconhecidos por Decreto Federal. Pleiteia agora a criação dos Cursos de Direito e Processamento de Dados e mais habilitação em Supervisão Escolar. Possui a FACIVEL, entre bens móveis e imóveis, um patrimônio orçado em mais de 600 milhões de cruzeiros. Seus 6.500 metros quadrados de área construída estão edificadas em área urbana de 121.487 metros quadrados, dispondo ainda de mais 193.600 metros quadrados em área rural, situados na estrada Cascavel - Toledo e destinados no Campus Experimental do Curso de Engenharia Agrícola.

É importante destacar, que, pela oferta diversificada de cursos de graduação superior, a FECIVEL acolhe universitários de toda a microrregião oeste. Cumpre, desta forma, a FECIVEL com seu objetivo básico, qual seja o de fornecer ao estudante da região a oportunidade de freqüentar um curso superior de acordo com a sua preferência ou vocação.

Concedo aparte ao nobre Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel - Eu abro mão do meu aparte neste instante ao Deputado Fuad Nacli, que é o votado na região e pretende colocar alguma coisa a sua fala nobre Deputado, mas gostaria de usar em seguida

essa oportunidade.

O Sr. Fuad Nacli - Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência representa Cascavel pela primeira vez nesta Casa, faz um pronunciamento que vem de encontro àquilo que nós reivindicamos já há muitos anos.

Em 1971, que foi fundada a FECIVEL, essa reivindicação não só pertence a Cascavel mas a toda a região, eu ainda na data de ontem, e há dias atrás, recebia telefonema de Corbélia, Nova Aurora, Cafelândia e diversos municípios que integram uma Comissão de Deputados Federais, Estaduais, de Vereadores daquela região, para uma audiência com o Senhor Governador do Estado para que estadualize aquela Faculdade. Porque hoje, o Senhor sabe melhor do que eu, Senhor Deputado, conhece tão bem como eu Cascavel, cidade pólo daquela região. Nada mais justo do que o Governador José Richa estadualizar uma reivindicação que vem há muito tempo. Vossa Excelência que representa Cascavel nesta Assembléia Legislativa, e como Deputado, defensor do Governo José Richa, nós confiamos na vossa pessoa e no Governador para que reconheça, estadualize a nossa Faculdade de Cascavel, que é uma necessidade.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o Deputado Fuad Nacli e quero aqui pedir licença aos outros Parlamentares, e dizer que um dos além evidentemente, do Deputado Edgard Pimentel - um dos que têm mais responsabilidade sobre a FECIVEL é realmente o Deputado Fuad Nacli, por fazer tantos anos e de tão longa data tem sido a sua participação no progresso político da região Oeste, tendo sido reiteradamente votado expressivamente na cidade sede da região oeste, que é Cascavel.

Eu faço um pedido especial ao Deputado Fuad Nacli, para que acompanhe esta comitiva de Deputados do PDS, e do PMDB, Prefeito de Cascavel e Prefeitos das cidades da região, nessa audiência com o Governador José Richa, segunda-feira, às 15:30hs.

O Sr. Fuad Nacli - Obrigado, Deputado. Estaremos presente lá com os Senhores Prefeitos, Deputados e representantes da região.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço. Concedo aparte ao nobre Deputado Odeni Mongrue.

O Sr. Odeni Mongrue - Eu gostaria, Deputado, de dizer que a matéria que Vossa Excelência traz hoje ao conhecimento, deste Plenário, se não apenas mostra a expressão e o significado do ensino superior na cidade de Cascavel, mas, também, acima de

tudo, reflete o estágio cultural e desenvolvimento que vive essa progressista região no Estado do Paraná, e que tem na FECIVEL, Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel, a expressão feliz de um povo que não apenas construiu riquezas materiais, trabalhando a terra dadivosa e acolhendo migrantes de diferentes pontos deste País, mas, também, consolidou, através da educação, o ensino naquela instituição de ensino superior.

Eu me sinto muito à vontade para falar da FECIVEL porque eu a acompanho desde os seus primeiros instantes, e quando Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pude dar àquela instituição as suas necessidades de organização, a sua definição de planejamento de cursos identificados com o apelo local, regional e estadual, uma contribuição, porque não dizê-la expressiva, solidária e consciente.

Posteriormente, na condição de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação, onde cumulo as minhas funções numa atividade que exerço aqui na ALE, tive o privilégio de ser o Presidente da Comissão Verificadora, que foi à FECIVEL, verificar "in-loco" das condições daquele estabelecimento de ensino, das condições que o Município de Cascavel oferecia, do reflexo, da pujança e do significado de tantos outros municípios progressistas que compõem esta rica região do extremo oeste paranaense, para naquela ocasião, dizer da oportunidade de, através de uma reorganização institucional da FECIVEL, criar ali a universidade do Oeste do Paraná.

Essa Comissão emitiu um parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, dizendo-se convencida de que a reivindicação da FECIVEL era realmente digna de ser atendida.

Posteriormente, ainda na condição de relator designado pelo próprio Conselho Estadual de Educação, relatei favoravelmente parecer que cria a Universidade do Oeste do Paraná. Porém, como a competência de aprovação ou não a criação deve ser exarada pelo Chefe do Poder Executivo Federal, após ouvido o Conselho Estadual de Educação competente, a matéria foi a Brasília e até hoje não encontrou ainda o desfecho desejável aos interesses da comunidade estudantil daquela faculdade e aos interesses de toda a vasta região do Extremo Oeste paranaense.

Vossa Excelência traz, na tarde de hoje, duas reivindicações daquela faculdade, no sentido da criação de 2 carreiras profissionais. Esses aspectos seriam perfeitamente saneáveis, vencíveis, a nível de instituição, se estivesse ela hoje, FECIVEL, autorizada a se reorganizar conforme a legalização federal pertinente em instituição de Ensino Superior maior, isto é,

sob a forma de universidade. A universidade é autônoma no que diz respeito à criação de novos cursos e aí é que está o grande mérito e o grande aspecto dessa conquista que o estudentado de Cascavel deseja, almeja e faz por merecer e cabe a tantos quantos, no exercício da função pública, na composição das elites econômicas, empresariais e profissionais liberais, tudo fazer para que se consolide a criação da Universidade do Oeste do Paraná, com sede na cidade de Cascavel.

Isto vencido, aquela instituição, por tudo que significou, pelo que representa no presente e pela sua extraordinária pujança, merecedora de ampliar o leque de opções ao estudante do Oeste do Paraná, transformada em Universidade, possa efetivamente, criar os cursos que melhor lhe satisfaçam e que melhor lhe atendam não apenas as necessidades do presente, mas que se identifique com os apelos e com os anseios do futuro daquela mocidade, manifestados, através do desejo, de cursar em outras carreiras profissionais.

Não entro no mérito especificamente no que concerne à criação do Curso de Ciências Jurídicas, do Curso do Direito, uma vez que a matéria específica do Conselho Federal de Educação, impedindo até uma ulterior oportunidade, a criação de novos cursos, o que seria vencido, se nós estivéssemos hoje, vivendo a Universidade do Oeste do Paraná, criada a partir da FECIVEL do Município de Cascavel.

Finalizando, deixo aqui a minha manifestação de apreço e consideração a toda a comunidade vibrante, trabalhadora do Oeste do Paraná, que em Cascavel cria um marco da ciência, da cultura e das artes, através dessa instituição de ensino superior que Vossa Excelência, de maneira muito brilhante e numa ocasião muito oportuna, traz ao conhecimento de seus Pares aqui nesta Casa. Mas, é preciso que, para consolidar-se este embrião da Universidade do Oeste, através de iniciativa comunitária, em que o poder público municipal se propõe a criar uma Fundação Universitária, e nesse aspecto se caracteriza como um dos raros exemplos nesse País, uma vez que as fundações existentes são basicamente por iniciativa do plano federal ou por iniciativa do plano estadual, como é o caso, no Estado do Paraná, das três Universidades de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa, criadas no Governo Paulo Pimentel e que se caracterizam como a grande expressão daquele Governo. É preciso que esses aspectos sejam revistos, e que se for possível e que se assim entenderem os governantes de hoje no plano estadual, que se associem à manifestação de vontade do povo de Cascavel reformulando a pretensão inicial e constituindo a quarta e expressiva Funda-

ção Universitária Estadual, para que possa cobrir, de maneira racional, geograficamente ideal, através das suas instituições de ensino superior, um trabalho de desenvolvimento científico, tecnológico, em favor da solução dos problemas mais emergentes do nosso Estado.

Muito obrigado, Deputado. Meus parabéns pela sua intervenção e a minha disposição de fornecer a Vossa Excelência tudo aquilo que tenho como conselheiro e como relator do processo memorável que autorizou e autorizada está a criação da Universidade do Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o brilhante aparte do Deputado Odeni Mongruel e testemunho o seu carinho, o seu interesse, quando Reitor da Universidade de Ponta Grossa e que tive oportunidade de presenciar o encerramento de um curso de aperfeiçoamento de professores lá em Cascavel, organizado, patrocinado, conduzido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, na ocasião em que Vossa Excelência era o Reitor e que produziu lá, uma belíssima palestra que eu tive a oportunidade e a satisfação de poder ouvir e presenciar.

Quero também convidar o Deputado Odeni Mongruel para também se incorporar nessa comitiva de segunda-feira.

O Sr. Odeni Mongruel - Aceito e estarei presente. Muito obrigado, Deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço, Deputado.

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida, Deputado Sérgio Spada.

Deputado Odeni Mongruel, quando eu disse que tinha duas reivindicações a fazer, não eram os dois cursos. Eram os dois cursos como primeira reivindicação. A segunda eu, em seguida, irei fazer.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Principal e única mantenedora da FECIVEL não poupa a Prefeitura Municipal de Cascavel esforços no sentido de aprimorar a qualidade do ensino, já reiteradamente reconhecida por autoridades educacionais do Estado e da União, com a adoção constante e freqüente de melhorias no campo físico, técnico e humano, dotando a FECIVEL de todas as condições para fornecer ao estudante um ensino de alto ~~qualidade~~ ^{qualidade}. Isso vem sendo conseguido à custa de muito sacrifício, às duras penas, com recursos unicamente do erário municipal, pois que o Estado não aplica um único centavo da sua receita na ajuda à manutenção da FECIVEL.

A propósito da participação do Governo do Estado na execução dos serviços públicos, seja a nível estadual ou municipal, quero deixar aqui registrado meu protesto

pela absurda e incompreensível discriminação que a cidade de Cascavel vem sofrendo dos vários órgãos da administração estadual ao longo de todos esses anos.

Dito isso, cabe-me aqui apresentar a segunda reivindicação da comunidade cascavelense, que é em síntese a estadualização da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, a nossa FECIVEL. É uma questão de justiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e representa o primeiro passo para a tão almejada criação da Universidade do Oeste, uma aspiração embasada na portentosa estrutura física e organizacional de que hoje dispõe a FECIVEL.

Como argumentação indiscutível, permito-me apresentar alguns números que comprovam estar sendo Cascavel absurda e incompreensível vítima de discriminação por parte de diferentes órgãos da administração estadual, principalmente no campo da educação.

A Prefeitura Municipal mantém, com recursos exclusivos, 110 escolas municipais rurais e 43 urbanas, empregando 1.500 funcionários e atendendo a 23 mil alunos de primeira a oitava séries, com um custo mensal variando em torno dos 130 milhões de cruzeiros, mensal. O município atende a 70% das despesas com ensino de primeiro e segundo graus, enquanto que em Maringá, cidade de porte semelhante, as despesas com ensino de primeiro e segundo graus são da ordem de apenas 8,97%. Na maioria das demais cidades do Estado, a participação municipal com esse ensino gira em torno de 10 a 14%. Do orçamento da Prefeitura de Cascavel para o corrente exercício constava ainda a importância de 240 milhões de cruzeiros para a manutenção da FECIVEL. Considerando-se o estado de penúria a que foram conduzidas as finanças municipais pela odienta centralização da decisão econômica nas mãos inescrupulosas de prepostos do Governo Federal, totalmente divorciados da realidade nacional, fica fácil imaginar o hercúleo esforço desenvolvido pelas autoridades de Cascavel para manter o sistema educacional do município. Aliás, o ensino público municipal só não entrou em irremediável colapso em razão do sacrifício de outros setores da administração, afetando a gestão municipal como um todo. De sua parte, a Secretaria Estadual da Educação assiste a tudo impassivamente, como se nada tivesse com isso. Isso é uma herança e que nós estamos aqui colocando para a Secretaria que não pode continuar como sempre esteve a Secretaria de Educação, assistindo como se nada tivesse a sua participação. O Governo do Estado do Paraná mantém Universidades em três cidades: Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Mantém faculdades em outras seis cidades: Apucarana, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Pa-

ranaguá e União da Vitória.

A manutenção desses estabelecimentos do Ensino Superior à aplicação de recursos em ensino de primeiro e segundo graus nesses nove municípios em 1984, implicará em despesas que discrimina o seguinte. Vou dizer algumas para abreviar.

Londrina - 35 bilhões, em números redondos;

Maringá, 24 bilhões;

Ponta Grossa, 11 bilhões;

Apucarana, 4 bilhões;

Guarapuava, 3; Jacarezinho, 3; União da Vitória, 2 e assim por diante. Em Cascavel, a sexta cidade do Paraná em arrecadação, o Governo aplicará em 84, para o ensino de primeiro e segundo graus, a importância de dois bilhões e oitocentos contra 35 bilhões de Londrina e contra 24 bilhões de Maringá, que tem cinco mil habitantes a mais somente do que Cascavel. Vinte e quatro a dois. A aplicação do Estado no Ensino Superior em Cascavel é exatamente igual a zero - simplesmente 0.

Tomando-se por base a população de cada uma dessas cidades mencionadas, dentre as quais Cascavel, situa-se em quarto lugar, desde o seguinte retorno "per capita" em forma de ensino, Srs. Deputados.

E aí se nota, Sr. Presidente, a total discriminação para com Cascavel. Enquanto que em Maringá, o habitante de Maringá recebe o retorno na educação do Estado a quantia de Cr\$ 146.717,00. Cascavel recebe, uma cidade do porte de Maringá em população recebe apenas Cr\$ 17.602,00.

Dezessete mil para Cascavel e setenta e oito mil para Jacarezinho, e cinquenta e nove mil e quebrados, quase sessenta mil para Ponta Grossa; cinquenta e oito para União da Vitória; noventa e três para Cornélio Procopio; cento e dezesseis para Londrina e Cascavel o retorno "per capita" do ensino é da ordem de míseros dezessete mil e seiscentos e dois cruzeiros.

Considerando-lhe a importância da região Oeste no contexto estadual, maior produtora de soja, trigo e milho, comparecendo nos cofres estaduais com parcela expressiva geradora de divisas internacionais para a União e sendo Cascavel seu pólo geográfico e sua maior cidade, percebe-se que a contrapartida do Estado no campo da educação é simplesmente vexatória, humilhante e acima de tudo injusta".

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Mário Pereira, em primeiro lugar quero confirmar a minha presença segunda-feira, na audiência com o Sr. Governador. Vossa Excelência também tem conhecimento que nós, somado a seu esforço, estamos lutando pela Universidade do Oeste do Paraná. Porque argumentos não faltam para que nós lutemos por esse benefício

maior para a região. E Vossa Excelência se atém bastante em dados de Cascavel para demonstrar de maneira irrefutável a discriminação que a nossa região está sofrendo com relação ao ensino superior no Estado do Paraná.

Nessas mesmas proporções, que Cascavel contribui para que o Estado e na insignificância que recebe de retorno na aplicação do ensino da região, isso daria para se estender para toda a região Oeste do Paraná. E realmente essa bandeira que levantamos juntamente com Vossa Excelência haveremos de levar, haveremos de mostrar ao Sr. Governador do Estado que não dá mais para tolerar esse estado de discriminação que ocorre com a nossa região.

Realmente, o Ensino Superior é uma atribuição do Governo Federal, mas já que o Governo do Estado se propõe a pagar e assumiu a folha de pagamento das três Universidades - Fundações e Universidades Estaduais do Estado do Paraná, que é Londrina, Ponta Grossa e Maringá, e que isso só nesse ano custará 40 bilhões de cruzeiros para o Governo do Estado - a manutenção dessas universidades com a folha de pagamento dos professores - nós não podemos ficar calados, pois que falando com a chefe do D.A.O., ela nos comunicava que, em princípio, ela não quer aumentar, não pela expansão do Ensino Superior no Estado, porém com a discriminação que está acontecendo, deve-se abrir uma exceção para atender as reivindicações da população Oeste do Paraná. Cito, só como exemplo, Deputado Mário Pereira, rapidamente, de Foz do Iguaçu só para fazer o Curso de Filosofia...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado e lhe concede dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Sérgio Spada - Pois não, eu agradeço, Deputado Mário Pereira, a oportunidade que me deu. Eu me dou como satisfeito.

O SR. MÁRIO PERIRA - Tenho outros dados em que se verifica que a discriminação de Cascavel não é só no setor de educação. Se eu ler aqui os dados sobre o setor de saneamento básico, eu poderia passar direto à frase final porque não tem mais tempo.

Não preciso falar da importância de Cascavel em termos de Estado para dizer que esses números de saneamento básico são uma "piada de muito mau gosto" ou de "mau cheiro" se preferissem.

Mas, Sr. Presidente, se a discriminação e a diferença é tão grande que, se fosse estadualizada a Faculdade de Cascavel e se fosse orçada, colocada num orçamento uma verba de quinhentos mil cruzeiros para a FECIVEL, que resolveria em grande parte o seu problema, mesmo assim,

Cascavel ficaria longe em termos "per capita" de todas as outras cidades citadas, ela passaria a ter um retorno "per capita", se fosse estadualizada, com quinhentos milhões de cruzeiros no orçamento, passaria a apenas vinte mil cruzeiros contra os cento e quarenta e seis de Maringá, os cento e dezesseis de Londrina e assim por diante. Portanto, acho justo o preito e convoco novamente, peço novamente a presença dos Srs. Deputados com votação expressiva no Oeste, Deputado Caíto Quintana, a quem eu peço escusas por não ter feito referências no início, para que, às quinze e trinta de segunda-feira, estejamos presentes na audiência com o Governador do Estado, e solicito ao Sr. Presidente que dê como lido o final do meu discurso.

"Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é só no setor do ensino que Cascavel vem sendo discriminada pelas autoridades estaduais. Vejam só a situação do saneamento básico em nossa cidade: 9,7% da população de Cascavel têm ligação de água e 0,18% repito: 0,18% - têm ligação de esgoto. Não é preciso voltar a falar da importância de Cascavel em termos de Estado para dizer que esses números do saneamento básico são uma piada de muito mau gosto. Ou de mau cheiro, se preferirem.

Mas, voltando ao propósito deste meu pronunciamento, reafirmo que a estadualização da Faculdade de Cascavel representa tão somente um preito de justiça, conforme ficou sobejamente explicitado aqui. De mais a mais, diante da aplicação de recursos na manutenção de Universidades e Faculdades Estaduais já existentes, a absorção pelo Estado da FECIVEL implicaria num aumento de apenas 500 milhões de cruzeiros no orçamento do Estado, ou seja, um décimo de meio por cento do orçamento estadual. E notem os ilustres Deputados que mesmo com a dotação desses 500 milhões de cruzeiros, a contrapartida do Governo à Cascavel com relação à Educação seria de Cr\$ 20.661,00, ainda assim inferior aos "per capita" das demais cidades onde Estado mantém curso superior, principalmente com relação às quatro mais importantes cidades do interior. (Relembrando: Londrina: 116.144,00 "per capita"; Maringá: 146.717,00; Ponta Grossa: 59.272,00; Cascavel: 20.661,00. Para Cascavel se equiparar a Ponta Grossa, por exemplo, teria que ser transferido à Cascavel no setor da Educação a importância de Cr\$ 8.116.000.000,00.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos pedindo muito pouco, mormente se levarmos em conta que Cascavel e sua região de influência muito tem dado e pouco tem recebido em troca. A estadualização da FECIVEL viria reconhecer o incommensurável esforço que ao longo dos anos

vem sendo desenvolvido para a manutenção de um Ensino Superior da melhor qualidade. Esforço não só dispendido pelas autoridades como também por toda a comunidade paranaense, representada por seus vários segmentos sociais. Essa gente que construiu o Oeste do Paraná com trabalho, sacrifício e denodo está a merecer do seu Governo o reconhecimento da sua luta incansável. Por isso, estou certo de que o Governador José Richa irá determinar aos órgãos competentes a adoção de providências no sentido de ser concretizada a atualização da FECI-VEL já a partir de 1985."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença neste plenário do digníssimo Prefeito de Morretes, cidadão Mário Cocco.

Consulto à Liderança do PMDB se fará o uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Por dez minutos o nobre Deputado Márcio Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - Concedo a palavra ao Deputado Márcio Almeida, por dez minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Assumimos, hoje, a tribuna da Assembleia, com a intenção de dar continuidade ao eixo de raciocínio desenvolvido nestes dois últimos dias pelos companheiros Deputado Tadeu Lúcio Machado, e Deputado Rubens Bueno que, pressentindo o desfecho do episódio que nestes últimos vinte dias tomou conta das atenções, não só dos senhores Deputados desta Assembleia, mas de parcela significativa da população paranaense, nós queremos também contribuir com uma avaliação, extraíndo as lições - que creio ser tarefa de todos - que a prática da luta política, e mormente da luta política democrática instalada no Paraná nestes últimos meses nos proporciona.

Os cento e cinquenta anos do Poder Legislativo paranaense, que neste ano se comemora, é um tempo que representa um avanço democrático. Apesar dos hiatos do autoritarismo, por vezes longos hiatos como foi o caso dos anos pós-64, a vida parlamentar do nosso Estado, contribuiu decisivamente para a construção da história política paranaense.

No decurso desses períodos, há momento em que esse Parlamento se reveste de intensa e profícua atividade a ocorrência de fatos relevantes em curto espaço de tempo, resulta em fervor nos debates e na transformação nesta Assembleia, verdadeira caixa de ressonância da vida pública para-

naense. Talvez, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nenhum outro momento desses seus 150 anos, esse verdadeiro pulmão político que é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tenha exercitado com tanta intensidade como nesses últimos 20 dias o debate, as divergências, as contradições.

Se me permitem, Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados, a primeira lição que se pode deduzir, desse período a se encerrar, é que o respeito e a importância dos parlamentos caracterizam os governos democráticos.

O governo democrático do PMDB do Paraná que nesta gestão do Governador José Richa, que nas gestões subseqüentes do PMDB, terá sempre como escopo o respeito às divergências de pontos de vista, o respeito aos desentendimentos internos, enriquecendo com isso a análise profunda dos problemas.

É da natureza democrática de governos que se propõem participativos e transparentes à opinião pública que sua estrutura funcione assim, com conflitos e contradições à luz do dia, isso não ocorre nos governos ditatoriais, onde a censura, a violência, a tortura, o desaparecimento de cidadãos, são os recursos usados para calar a voz do povo e atuar, de período em períodos de divergências, de desentendimentos internos a esses governos, quando em regime autoritário, solucionando os impasses, via compadrismo e via impunidade.

A segunda lição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de que nestas três semanas, em nenhum momento o Paraná viveu situação de crise, ou seja, a crise se instala quando há estagnação da economia ou da máquina administrativa, quando conflitos sociais emergem, ou quando o descrédito governamental é público. Este é o panorama, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivido isto sim pelo Governo Federal. Não é o caso do Governo Estadual do Paraná, que continua merecendo a credibilidade institucional; não é o Paraná que tem o descrédito das instituições, inclusive internacionais, que continua merecendo a confiança do povo que o elegeu, vamos ver, vamos observar, vamos atentar para os próximos resultados de pesquisas de opinião pública, apesar de sofrer esse nosso governo os reflexos da política econômica financeira altamente recessiva.

A máquina administrativa do Paraná, manteve nestes dias e mantém seu ritmo e tranqüilidade para que o povo acompanhe o desenrolar dos acontecimentos e demonstre confiança nas providências que o governo adotará, tão logo sejam concluídos os trabalhos da Comissão Especial de Alto Nível, criada para apurar os fatos.

A terceira lição, extraímos esses dias

de debates e divergências, é de que o PMDB do Paraná saiu fortalecido e retemperado para novas batalhas. As lideranças e os organismos partidários Sr. Presidente e companheiros, acompanharam com tranqüilidade o desenrolar de todo episódio.

A Bancada Estadual do PMDB, em nenhum momento desesperou-se, como não sei se os nobres pares da Bancada do PDS poderiam afirmar da mesma forma.

Nós Deputados do PMDB com união, apesar de divergências, com tranqüilidade, apesar do tumulto e do clima de terror que os setores interessados no impasse e no confronto tentaram criar, setores esses que mesmo no PDS a nível nacional, hoje já vêm perdendo o seu terreno, haja vista a questão nacional sendo tratada hoje via lideranças do PDS, presidência do próprio partido do PDS, coma tentativa de susperação da política do confronto, da política do impasse, em que, infelizmente, ainda setores das bancadas que apoiam as candidaturas do Sr. Paulo Salim Maluff e Mário Andreazza, ainda apostam.

Quarta lição, Sr. Presidente, Srs. Deputados: mais uma vez, o PDS do Paraná se vestiu com a camisa do golpismo.

Ao apostar neste suposto impasse de confronto, empunhando para isso todas as armas, como disse muito bem o Deputado Mário Pereira, caracterizou como mesquinhas e medíocres, lideranças pedessistas do Paraná, jogaram fora uma ótima oportunidade de se reabilitar um pouco, perante a opinião pública. Mas isso é assunto doméstico, que a nós do PMDB não compete precisar.

E quinta e última lição, Sr. Presidente e Srs. Deputados: consolida-se mais uma vez, mais ainda, a liderança do Governador José Richa.

O Governador José Richa, revelando-se mais uma vez com a competência administrativa e política, afinado com o anseio de participação que toda a população paranaense e foi prova disso, o resultado eleitoral de 82, hoje cobra, permitiu juntamente com o encaminhamento dado pela Bancada do PMDB nesta Casa, juntamente com o encaminhamento dado pelos organismos de base do Partido, há uma situação e há um desdobramento tal, que hoje não só as lideranças políticas do Paraná, mas parcelas significativas da opinião pública têm o seu posicionamento; têm a sua expectativa; têm conhecimento detalhado de fatos propiciados, inclusive, pela transmissão da imprensa, via televisão, a todos os recantos do Paraná, com a liberdade e todos os dados a sua disposição.

Essas são, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento, as lições de demoracia que estamos construindo.

Obrigado. (~~sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 20 minutos restantes.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Fará uso do horário, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna em nome da Bancada do PMDB, nesta oportunidade, um tanto quanto frustrado, porque eu gostaria de usar a tribuna que o povo me concedeu, para tratar, de assuntos de relevante importância para a realidade paranaense. Como por exemplo, ficando na minha área de atuação profissional, assuntos gravíssimos que estão ocorrendo, no sistema educacional, paranaense e brasileiro, por força de uma estrutura sócio-econômica e política, que avilta o homem brasileiro.

Não sei se os Senhores Deputados têm conhecimento, que diminui acentuadamente a matrícula escolar diurna, ao mesmo tempo que cresce acentuadamente a matrícula escolar noturna. O que eu reputo de uma gravidade extraordinária, para a qualidade de ensino neste País e nesse Paraná.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho que assomar a esta tribuna para revidar mentiras que são levadas ao conhecimento público, em programas de televisão. Como ainda há poucos dias atrás, o Deputado Ivan Gubert o fez, no programa "o compromisso com a verdade". E aqui tenho que cumprir o meu dever com a verdade.

E aqui tenho que cumprir o meu dever para refutar aquelas acusações, entre outras muitas, de que há um certo privilégio a determinados órgãos do Governo do Estado, numa política salarial que privilegia determinadas pessoas, em detrimento de uma política salarial mais consentânea, com o que devesse ser um Governo que pretende governar ~~governar~~ em favor de todo o povo.

Mas, eu entendo a posição de Sua Excelência. Sua Excelência ao tomar conhecimento de informes que o Governo do Estado deu por dever administrativo ao Tribunal de Contas, com relação à política salarial do IPARDES, Sua Excelência evidente, apressadamente, sem analisar de forma adequada os dados que lhe chegaram às mãos, as dilações mentirosas, para quem sabe, esconder a realidade dos fatos. Porque a realidade dos fatos é que o Governo José Richa é um governo que cada vez mais está conquistando a simpatia do povo; porque está governando em favor dos interesses elevarados do próprio povo.

E não sou eu que diz. Não é um Deputado, ora na tribuna, que está a dizer is-

so. São as pesquisas de opinião pública como uma que tenho aqui em mãos Senhor Presidente. Uma pesquisa publicada pela "Revista Senhor" de 25 de abril próximo passado, que dá em Curitiba o Governador José Richa com 59% no chamado índice de adoção, e 72% no chamado índice de simpatia, numa pesquisa elaborada pela empresa Levantamentos e Pesquisas de Marketing Ltda.

E o índice de rejeição do Governador José Richa é de apenas 12%.

Há que esconder esta realidade. Há uma pretendida intenção de esconder esta realidade.

Mas, o que é que o Senhor Deputado Ivan Gubert leva à televisão. Leva à televisão este calhamaço que é quadro de servidores e contratados existentes em 31.12.83, do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, Fundação Edson Vieira.

E Sua Excelência diz que há pessoas assalariadas neste Instituto no importe de Cr\$ 2.671.500,00 por mês.

Apega-se numa coluna de dezembro, onde informa que de fato este valor foi recebido por um determinado funcionário. Mas, sem atentar para o fato de que este valor corresponde também ao pagamento do 13.º salário e outros direitos salariais a que cada um tem direito.

Sua Excelência escondeu, na televisão, a coluna ao lado, justamente, onde diz que esse mesmo servidor que recebeu em dezembro Cr\$ 2.600.000,00 em números redondos, recebeu o correspondente ao ano todo Cr\$ 8.900.000,00 em números redondos, o que dá uma média salarial mensal de Cr\$ 740.000,00 mensais.

A verdade, portanto, está sendo dita à população de Curitiba e do Paraná.

Aliás, Senhor Presidente e Srs. Deputados, o IPARDES expediu a seguinte nota de imprensa que está publicada nos jornais de hoje, que eu faço questão de ler, para que conste dos anais Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Tendo em vista informações veiculadas pelo Deputado IVAN GUBERT em alguns órgãos de imprensa sobre política salarial do IPARDES, a Direção desta Fundação, tem a informar o seguinte:

1 - O Deputado, que se baseou no relatório financeiro do exercício de 1983 desta Fundação, o qual foi enviado ao Tribunal de Contas e aos membros do Conselho de Administração do IPARDES, maliciosamente fez a leitura do total das remunerações pagas aos funcionários no mês de dezembro e propositadamente não leu o total pago no ano, omitindo assim a verdade. Desse modo, o Deputado procurou iludir a opinião pública denegrindo a imagem do IPARDES, ao dizer que os valores pagos em dezembro se

referiam apenas a salários. Na realidade aqueles valores do mês de dezembro incluem salário, décimo-terceiro salário e também o adiantamento de férias para os funcionários que as tiraram em janeiro. Isto significa que o salário real do funcionário, no mês de dezembro é aproximadamente um terço do valor apresentado pelo Deputado.

2 - O maior salário desta Fundação em dezembro de 1983 era de Cr\$ 922.495,00, portanto bem inferior aos valores apresentados pelo Deputado no referido programa.

3 - Atualmente, com o reajuste de abril, o maior salário no IPARDES é de Cr\$ 1.308.000,00 pago a um técnico com nível de Doutorado, que entendemos não se constituir em nenhuma aberração.

4 - Os salários do IPARDES correspondem à média dos salários pagos pela maioria dos órgãos da administração indireta do Estado do Paraná.

5 - Finalmente, que somos favoráveis à crítica construtiva, mas não admitimos o uso da mentira para denegrir a imagem desta instituição, que tantos serviços tem prestado ao nosso Estado. O Deputado escamoteou a verdade, ao fazer propositadamente falsa interpretação do relatório, que é de fácil compreensão para quem tem conhecimentos elementares de matemática. Agindo de forma leviana, ele primeiro veiculou inverdades, para depois inteirar-se dos fatos.

Curitiba, 23 de maio de 1984.

(a) JUDAS TADEU GRASSI MENDES
Diretor-Presidente"

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Eu quero trazer ao conhecimento da Casa que durante o ano de 1983, o IPARDES fez 58 admissões de pessoal, tendo demitido 102 servidores - nesse mesmo ano - dessas demissões, 5 o foram de funcionários admitidos em 83. Trazemos essas informações porque assistindo o programa de Sua Excelência, no Canal 4, Compromisso com a Verdade, acreditamos que Sua Excelência tenha de fato, procurado esconder a realidade dos fatos. Nós não gostaríamos aqui de estar ficando acostumados a sempre procurarem denegrir o valoroso trabalho do Governo José Richa, mas estamos percebendo que a bateria dos Deputados do PDS tem se tornado extremamente incompetente, tornando-se, portanto, a Oposição que deveríamos ter aqui a debater problemas bem sérios da realidade paranaense, está se tornando uma Oposição extremamente incompetente.

Dou o aparte a Vossa Excelência, Deputado Ivan Gubert.

O Sr. Ivan Gubert - Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos. Em primeiro lugar, quando o Senhor diz que eu fiz ilações mentirosas, demonstra que o Senhor, ou não assistiu o programa, ou se assistiu não prestou atenção, porque quando eu respondi

a uma pergunta que me foi feita, quando foram citados os valores de salários do IPARDES, eu tive o cuidado - e muito cuidado, - em dizer que os valores constantes eram os valores recebidos em dezembro de 1983. De minha boca não saiu a palavra salários como Vossa Excelência acabou de afirmar. E eu em momento algum afirmei que aquilo seriam salários. E disse mais, que a relação estava embasando pedido de informações que eu fazia ao IPARDES, no qual eu queria saber qual o sistema utilizado para a seleção e contratação de funcionários, quais os funcionários contratados após 15 de março de 1983, e, sobretudo, a lotação desses funcionários. De minha boca não saiu, em momento algum, mentira alguma como Vossa Excelência está dizendo neste momento. Eu não afirmei em momento algum que aquilo eram salários recebidos. Quanto à nota oficial, se me permite continuar, eu devo dizer o seguinte, nobre Deputado: em primeiro lugar, não está escrito que lá o pagamento é referente a décimo-terceiro, salários e férias; em segundo lugar, a nota oficial diz, que o salário real deve ser dividido por três. Isto sim é uma mentira, porque não se paga integralmente férias a ninguém. E o IPARDES pelo que me consta, sempre fez antecipação do décimo-terceiro no mês de maio, conforme faculta a CLT. E ainda mais, quando o Sr. diz que eu não tomei cuidado, também não é verdade, porque eu fiz um comparativo de salários, e cheguei à conclusão, que realmente muito daquilo, dos valores recebidos, até eram astronômicos, que foi o único dado que eu falei, em termos dos salários elevados, que eu disse que eram astronômicos quando eu comporei o salário do atual diretor-geral da Secretaria do Planejamento, Dr. Age, com os demais salários, pois ele no mês de dezembro, entre férias, décimo-terceiro e salário, conforme Vossa Excelência está dizendo, percebeu e está aí na relação, Cr\$ 800.000,00.

Então, eu não acredito, que o atual diretor-geral da Secretaria de Planejamento possa ter um salário de Cr\$ 300.000,00.

Então, nobre Deputado, eu não aceito nem o que diz na nota oficial, e nem aceito o que Vossa Excelência acabou de dizer, de vez que eu não menti, e não afirmei que na realidade isto era um salário. E se Vossa Excelência assistiu ao programa, Vossa Excelência sabe que o que eu estou dizendo é verdade, porque de forma alguma, eu faria qualquer afirmativa que não fosse embasada em documentos.

E tem mais: quando o Sr. diz que dividindo o total geral pelo número de meses vai-se chegar, inclusive, o próprio Presidente do IPARDES diz na sua nota à imprensa, isto não é verdadeiro, pois, se um funcionário obteve um aumento, ou uma pro-

moção, no mês de novembro, ou no mês de outubro, isto fica englobado, e se ele ganhava, digamos, trezentos mil cruzeiros por mês e passou a ganhar um milhão e meio, não dá certo. Vossa Excelência é professor universitário da Faculdade de Engenharia e sabe que essa divisão não vai dar certo.

Então esses dados obviamente, estão... O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Vossa Excelência me permite recuperar a palavra, pois que Vossa Excelência não está me apartando. Vossa Excelência está fazendo um discurso paralelo.

Permita-me nobre Deputado, pois a palavra está comigo. Devolverei oportunamente.

Eu quero dizer a Vossa Excelência, que Vossa Excelência afirma não ter afirmado, que eram os salários pagos em dezembro. Mas Vossa Excelência aqui, agora, neste momento, por várias vezes falou em que os funcionários percebiam, que o Sr. utilizou a coluna referente a salários percebidos em dezembro. Falou aqui, e Vossa Excelência acabou de falar, de afirmar, e Vossa Excelência omitiu a coluna da direita.

Eu peço permissão a Vossa Excelência e solicito ao Presidente da Casa que me assegure a palavra.

Vossa Excelência omitiu a coluna da direita, em que diz o quanto cada funcionário recebeu nos doze meses do ano de 1983, e quando aqui, eu afirmei, que ao dividir-se por 12, nós teremos o salário médio, ninguém afirmou que se teria o salário corrido mês a mês. Porque eu aqui há pouco afirmei, que ao dividir-se o vencimento do servidor, no ano, por 12, temos o vencimento médio.

Conseqüentemente, em janeiro, ele deve ter recebido menos que a média, e em dezembro deve ter recebido mais que a média.

É evidente, porque os reajustes salariais são feitos em determinados meses, e não no começo do ano, e nem no fim do ano, meses esses de reajuste, localizados evidentemente entre o primeiro mês e o último mês.

Quando eu aqui afirmei, que o valor, o vencimento auferido durante um ano, eu posso, apenas por uma operação de divisão, calcular, não o vencimento em todos os meses, mas o vencimento médio, auferido no ano, pelo referido funcionário.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu dou o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu agradeço a Vossa Excelência o aparte concedido, e gostaria de fazer uma análise do discurso de Vossa Excelência, entretanto, ficaria longo, e o seu tempo está no final.

Eu falarei sobre o pronunciamento de Vossa Excelência no Horário da Liderança,

em alguns minutos, que serão a mim concedidos. Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS- Senhor Presidente, Senhores Deputados, como iniciei eu termino, pois lamentavelmente nós estamos vendo nesta Casa que nós perdemos um tempo precioso para termos de debater acusações levadas ao conhecimento público, que não condizem com a elevada dignidade que devemos conduzir os nossos trabalhos nesta Casa.

Entendo que a crítica deve ser feita, mas uma crítica, inclusive de forma construtiva; uma crítica onde se estabeleçam, se analisem os erros, porque todos os governos cometem erros, mas nos preocuparmos com detalhes tão insignificantes, que me deixa até certo ponto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, numa sensação de vazio, porque entendo que esta Casa pudesse hoje estar aqui e debater assuntos mais sérios e que eu pudesse, evidentemente estar nesta tribuna analisando temas, como inclusive alguns que estamos querendo levar para análise da Comissão de Educação e outras Comissões Técnicas desta Casa. Para que nós nessa análise crítica da realidade paranaense, pudessemos sugerir medidas que viessem de encontro aos anseios e aspirações de toda a população.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero ainda aproveitar o último minuto que me resta, para solicitar dos Senhores Deputados um apoio a uma proposição que apresentamos acompanhada da totalidade do PMDB, apoiando as reivindicações dos professores e servidores das Universidades Federais do Paraná e que será objeto de votação, ainda nesta sessão plenária, reivindicações estas que eu gostaria inclusive de debater e que são extraordinariamente importantes para corrigir, ou tentar corrigir as gravíssimas deficiências que ocorrem no sistema federal de ensino, na área universitária.

Era só Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Consulta a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO- Usará o horário da Liderança, Senhor Presidente, por 15 minutos o Deputado Airton Cordeiro, por 5 minutos o Deputado Ivan Gubert, por 3 minutos o Deputado Fuad Nacli e por 7 minutos o Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, compreendemos a ira de alguns Deputados do PMDB quando se referem e se reportam às denúncias que são de domínio público, e que têm sido reiteradamente feitas com bases em fatos concretos, pelo Partido Democrático Social, através dos seus Deputados com assento nesta Casa. E num dos episódios, inclusive, por setores do próprio Governo do PMDB.

É estranhável que o PMDB busque uma auto-anistia, busque uma auto-absolvição, querendo transferir as questões problemáticas de hoje, no Paraná, ao Governo Federal.

Esta Casa, ainda ontem, registrou, nos seus anais, pronunciamentos de parlamentares governistas, afirmando que, enquanto nós pedessistas nos preocupamos com os escândalos do Governo Paranaense, está correndo à solta e desenfreada a corrupção no Governo Federal.

Crasso equívoco, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

Em primeiro lugar, porque a prerrogativa constitucional dos Deputados Estaduais se vincula às questões eminentemente estaduais. A nós Deputados com assento nesta Assembléia compete fiscalizar os atos do Governo do Paraná, e aos Deputados Federais e Senadores, compete fiscalizar os atos do Governo Federal.

Esta anistia que procura o PMDB, em proveito próprio, trazer neste momento, nada mais é do que o argumento mais ridículo que se poderia esperar daqueles que querem defender, e que não têm o que defender; daqueles que não têm o que dizer e não querem ouvir, e por isso, amordaçaram esta Casa nos últimos dias, impedindo que as sessões plenárias pudessem ser realizadas.

Não!

Nem os paranaenses, e muito menos os Deputados paranaenses do PDS, absolveram os descabimentos do Governo peemedebista, como seguramente todos aqueles que pensam com independência, sem se curvar a qualquer tipo de pressão econômica, vão aceitar esta auto-absolvição que o PMDB está pretendendo.

São muitos os escândalos que estão hoje dominando o pensamento dos paranaenses.

Lamentavelmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso dia começou hoje, muito mal, porque o Líder do Governo nesta Casa, foi a uma emissora de televisão e colocou em dúvida a segurança e a qualidade dos aviões fabricados pela EM-BRAER, uma das grandes empresas aeronáuticas do mundo, e o líder governista, nacionalista de ontem, que condenou o capital escravagista estrangeiro, e que condenou a influência das multinacionais, vai à televisão e ao invés de prestar um serviço,

mostra com exemplar eficiência como é que se presta um desserviço a este País e à Nação.

O Xingu não serve para o Governador José Richa!

A EMBRAER não fabrica um avião em condições de transportar José Richa e todos aqueles que o acompanham. José Richa, o Governador cosmopolita do Brasil, que ao invés de se preocupar em governar este Estado, faz as suas peregrinações, gastando o dinheiro do povo.

E qual a explicação para esta mordomia do Governador comprando um avião a jato lá no exterior? Segundo disse - e o Paraná é testemunha - o Líder do Governo hoje, os Ministros de Estado também possuem avião a jato.

Vamos pesquisar os anais desta Casa, vamos voltar, não precisa muito, vamos voltar 4 anos, vamos nos lembrar daquela série de reportagens que, com tanta oportunidade o jornal "O Estado de São Paulo" fez, condenando as mordomias e o PMDB ia, inteiro, robusto, forte, investir contra as mordomias do Governo Federal, afirmando, claramente, que enquanto os ministros ficavam voando de jatinhos, o povo brasileiro estava sofrendo.

As pedras estão voltando, não são atiradas por nós, elas são atiradas pela história que tem um retrospecto implacável para ser atirado sim, às facés daqueles que se esquecem do ontem, porque não têm compromisso com o hoje e com o futuro. Falou mais o Líder do Governo ao Paraná esta manhã. Enquanto os aviões disponíveis para o transporte do Governador e do seu séquito por este Brasil, gasta 3 horas para ir de Curitiba a Brasília, no novo avião comprado em dólares, por este Governo especializado em dólares, vai gastar uma hora e quarenta minutos. Vai economizar uma hora e vinte minutos. Para fazer o que? Se nem mesmo dispondo de tempo integral aqui, quando está aqui, o Governador alguma coisa faz por este Paraná e pelos paranaenses!

Queremos explicação clara do Governo. Como é que ele vai importar um avião fabricado no exterior diante das restrições legais? Queremos uma explicação clara do Governo. Qual é a interveniência que ao que tudo indica terá, a TRANS, uma empresa de São Paulo- Transportes Aéreos Regionais, que segundo nos consta vai internar um avião internacional aqui dentro para que depois, com matrícula brasileira, o Governo do Paraná, nacionalista ontem, escravo do capital selvagem hoje, vai fazer para transportar o Governador e os seus auxiliares.

Enquanto isto acontece, são dezenas os municípios do Paraná que não têm viatura para a polícia. São inúmeros os hospitais

do Paraná que não têm ambulância para transportar doentes. São inúmeros os municípios do Paraná que não têm salas de aula para crianças com idade escolar.

E Curitiba, esta Capital dos "nossos sonhos", mostrou crianças estudando em barracos. Crianças estudando em barracos!

Concluindo meu pensamento, enquanto, o Governo das mordomias agora se preocupa em comprar um avião, aí estão os paranaenses. Pobre da minha população de Rio Negro, que nas enchentes a 105 km de Curitiba, não recebeu sequer a visita do Governador. Enquanto que a cidade limítrofe, Mafra, todos os dias, tinha a presença do Governador do Estado de Santa Catarina.

O SR.GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente (Pela Ordem).

O SR.PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Concedo pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR.GABRIEL MANOEL - Se eu estou tumultuando, estou dentro do Regimento Interno.

O Sr. Paulo Furiatti- Cumpra o Regimento Interno e diga o artigo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Diga o artigo.

O SR.PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Faz soar os tímpanos. (Tumulto no Plenário).

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Vossa Excelência tem que declinar o artigo para pedir a palavra, pela ordem.

O Sr. Gabriel Manoel- Estão tumultuando, Senhor Presidente. Vossa Excelência tem a obrigação e o dever de ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Senhor Presidente, a questão de ordem do nobre Deputado não tem fundamento.

O SR.PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Faz soar os tímpanos.

O Sr. Paulo Furiatti- Nobre Deputado, cite o artigo que Vossa Excelência está pedindo pela ordem.

O Sr.Gabriel Manoel - 153.

O Sr. Paulo Furiatti- Senhor Presidente, verifique se o artigo citado pelo nobre Deputado, corresponde à realidade.

O Sr.Gabriel Manoel-Senhor Presidente...

O SR.PRESIDENTE (Francisco Escorsin)- Faz

soar os tímpanos.

Está com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Senhor Presidente, me deu a palavra pela ordem.

Eu queria dizer a Vossa Excelência...

O **Sr. Paulo Furiatti**- Cite o artigo, nobre Deputado, senão Vossa Excelência não pode ter a palavra pela ordem.

O **Sr. Gabriel Manoel**- A Mesa é soberana, Senhor Presidente. Este menino, este moleque não entende.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O **Sr. Paulo Furiatti**- Senhor Presidente, eu não aceito os termos com o que o Deputado Gabriel Manoel está se dirigindo à minha pessoa.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Faz soar os tímpanos.

O **Sr. Paulo Furiatti**- Eu não aceito a forma como o Deputado Gabriel Manoel está se dirigindo à minha pessoa.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Senhor Presidente, este moleque não entende do Regimento Interno.

O **Sr. Paulo Furiatti**- O Deputado Gabriel Manoel está se dirigindo à minha pessoa não condizente com as normas do parlamento.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Senhor Presidente, eu estou com a palavra.

O **Sr. Paulo Furiatti**- Não está porque não citou o Artigo do Regimento.

O **Sr. Gabriel Manoel** - O Artigo não interessa. O que interessa é que Vossa Excelência...

O **Sr. Paulo Furiatti**- Senhor Presidente, há o Regimento Interno que tem que ser cumprido nesta Casa.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O **Sr. Paulo Furiatti**- Ainda bem que cortaram o microfone do Deputado Gabriel Manoel. Ainda bem.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Continua com a palavra o Deputado que se

encontra na tribuna.

O **Sr. Augusto Carneiro**- (Pela Ordem).

Para que seja descontado todo o tempo em que foram levantadas as questões de ordem, do orador que está na tribuna, porque o tempo é limitado e o orador não pode ser prejudicado por interrupções havidas no seu horário.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- A Mesa acata a sugestão apresentada.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Senhor Presidente, é o 225, que estou pedindo. (Pela Ordem).

O **Sr. Paulo Furiatti**- Eu solicito do Senhor Presidente que verifique se é real o artigo e se condiz com a realidade.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Dentro do complexo normativo, os ignorantes que estudem. Senhor Presidente, veja bem Vossa Excelência a discrepância dos homens do Governo Participativo...

O **Sr. Paulo Furiatti**- Senhor Presidente, a questão do Deputado Gabriel Manoel não é uma questão de ordem.

O **Sr. Gabriel Manoel**- Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência pedisse para o "afoitinho" que citasse o Artigo que ele quer. O artigo que estou citando é o 225. Nós não temos medo de careta, Senhor Presidente, e é ele quem está tumultuando, Senhor Presidente. Se eu não cito o artigo, a Excelência, a beleza da "boneca cobijada" também não cita.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR.ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu solicito que Vossa Excelência coloque para a decisão do Plenário, a questão do tempo, o desconto do tempo, haja vista que foi todo ele utilizado pela Bancada do PDS e o tempo é da liderança do PDS.

Portanto, não se justifica descontar do orador que se encontra na tribuna.

O **Sr. Airton Cordeiro**- Senhor Presidente! (Pela Ordem). Eu quero indagar de Vossa Excelência qual o tempo que eu disponho ainda, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (**Francisco Escorsin**)- Vossa Excelência tem 5 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR.AIRTON CORDEIRO - Eu conheço muito

bem, Senhor Presidente, a tática do PMDB nesta Casa. Também fui estudante e participei de muitas assembléias estudantis. Os métodos eram os mesmos, só que as vezes, ao nosso tempo de estudantes nem todos tínhamos maturidade para discutir com o poder de convencimento. Hoje, aqui estão parlamentares eleitos pelo povo, que receberam a confiança delegada do povo e eu espero que todos tenham maturidade para ouvir e oportunidade para responder.

Continuando, Senhor Presidente...

(Vários Deputados falam ao mesmo tempo).

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, eu peço de Vossa Excelência uma providência enérgica.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Presidência solicita aos Senhores Deputados que, informa aliás, que está com a palavra o Deputado Airton Cordeiro e que concederá o aparte desde que assim entenda necessário.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu agradeço a Vossa Excelência, e até porque não estamos aqui brincando. Nós estamos tratando de um assunto extremamente sério. Se ao PMDB não interessa ouvir, que se retire do Plenário. É muito fácil.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Senhor Presidente. (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB nesta Casa também não está brincando. Acontece que o Senhor Deputado Airton Cordeiro não tem maturidade para discutir.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Logo quem fala. Mas, continuando, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Aí está o Governador das mordomias: avião agora; casa oficial do Governo do Paraná ontem; primeiro Governador a se utilizar da casa oficial do governo paranaense. Mas este Governo não se esgota nas mordomias que ele tanto combateu no futuro. Ele tem o escândalo dos dólares, o prejuízo causado ao Paraná de 744 mil dólares, um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, e mais Senhor Presidente e Senhores Deputados, argüiu bem o Deputado Tuguio Setogutte; quais os motivos que originaram a saída do Presidente da Banestado Corretora de Valores? Será que por motivos de saúde? Como não sou médico e como reconheço a autoridade médica

do Deputado Tuguio Setogutte eu deixo a questão para Sua Excelência.

Não posso deixar de trazer ao conhecimento desta Casa a interpretação técnica dos balanços da Banestado Corretora de Valores, antes querendo mencionar uma entrevista dada dia 26 de março deste ano ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência não terá mais o Banestado para as campanhas eleitorais. (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o Deputado Airton Cordeiro, que não cedeu o aparte, ao que me consta.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, eu quero fazer um apelo veemente a Vossa Excelência. Vossa Excelência representa, neste momento, a dignidade deste Parlamento como seu Presidente. Peço que mantenha a ordem no Plenário; que Vossa Excelência coíba os abusos, porque senão Senhor Presidente, quem está nos assistindo aqui vai colocar em dúvida a seriedade dos Deputados que estão perturbando um pronunciamento sério.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a palavra o Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Trago ao conhecimento da Casa o que disse no dia 26 de março, deste ano, o ex-Presidente da Banestado Corretora de Valores, numa declaração a um dos jornais de Curitiba.

"Leio: - Em 1983, após um brilhante....

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

A Mesa informou ao Deputado que lhe restava cinco minutos, quando o cronômetro marcava 15. Passam 26 segundos do tempo do Deputado que se encontra na tribuna. (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Dói-lhe os ouvidos ouvir?

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Não concedo. Vossa Excelência teve o tempo da liderança do seu partido. Não falou porque não tinha o que falar. Não falou porque não escreveram nada. Então fique em silêncio.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado- Dói aos seus ouvidos ouvir. Vossa Excelência não quer ouvir. Vossa Excelência só quer falar. Que Parlamentar é Vossa Excelência?

O SR. AIRTON CORDEIRO - A palavra é nossa. A prerrogativa é nossa. Vossa Excelência ouça e responda amanhã, se tiver condições responda amanhã.

O Sr. Augusto Carneiro- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Augusto Carneiro

O Sr. Augusto Carneiro- (Pela Ordem)- Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu indago de Vossa Excelência quantos minutos tem o Deputado Airton Cordeiro para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Se a Liderança do partido de Vossa Excelência permitir, o Deputado Airton Cordeiro tem dezessete minutos, caso contrário, falará apenas por mais dois minutos no horário de quinze minutos que lhe foi dedicado.

O Sr. Augusto Carneiro- Então, esta Liderança cede mais sete minutos, além dos dois que ele tem do primeiro horário, e ele falará durante sete minutos e da pauta que tinha aí, que o Deputado Tércio Albuquerque usaria sete minutos, fica retirada a palavra do Deputado Tércio. E ainda, na questão de ordem, para que se mantenha a ordem, eu pediria a Vossa Excelência de que, dentro da condição enérgica que Vossa Excelência sempre tem dirigido esta Casa, faça com que prevaleça a palavra do orador que já declarou ao Plenário que ele não concede apartes, que não se perturbe a ordem para que possamos transcorrer dentro das normas regimentais e de que não seja colocado em dúvida o trabalho sério que sempre teve este Poder.

O Sr. Antônio Annibelli- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que se mantenham com tranqüilidade e que façam o aparte desde que o Deputado que ocupa a tribuna assim permita.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu pediria à Mesa que, além dos sete minutos a que o Deputado... que a Liderança do PDS abre mão, que esta Presidência desse cinco mi-

nutos, antes de entrar na Ordem do Dia, para que o Deputado Airton Cordeiro concedesse a nós do PMDB o horário que todo o Parlamento sério dá direito às oposições ou à situação... (faz soar a campanha).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Não cabe a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel- (Pela Ordem)- Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- A Presidência informa aos Senhores Deputados que o PMDB já teve o seu horário de liderança. Neste momento o Deputado Airton Cordeiro usa da palavra no horário da Liderança do PDS. Não concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel, porque não procede mais uma vez, pela quinta vez o seu pedido de ordem sobre a mesma matéria, e passa a palavra ao Deputado Airton Cordeiro, por sete minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu agradeço.

O Sr. Mário Pereira- (Pela Ordem)- Senhor Presidente? (Assentimento).

Senhor Presidente, como o Deputado Airton Cordeiro não concede aparte a ninguém da Bancada do PMDB, eu me inscrevo em explicações pessoais para poder colocar...

O Sr. Tércio Albuquerque- Não cabe a questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- A Mesa defere e está com a palavra o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Então, o que diz Senhor Presidente.

No dia vinte e seis de março de 1984, em entrevista a um dos jornais da Capital, o ex-Presidente da Banestado Corretora de Valores. Leio:

"Em 1983, após uma brilhante evolução, chegou a atingir o terceiro lugar num "ranking" da mais alta competitividade. Em 1984, somente nos dois primeiros meses, faturou a fantástica soma de três bilhões e vinte milhões e pulou para a "poli-posição", o primeiro lugar em eficiência numa selva de duzentos e oitenta empresas, tornando-se o orgulho do Paraná, um símbolo de vitória do nosso Estado e do Governador José Richa.

É por isto tudo que quando falam que a Banestado Corretora está em primeiro lugar no Brasil, o Governador José Richa não contém aquele sorriso largo e simpático; palavras ditas pelo Senhor Carlos Nasser ao Jornal "Gazeta do Povo", edição de

vinte e seis de março de 1984.

Através dos vários anúncios pagos em jornais e televisão, a Banestado Corretora fez crer que era a maior corretora do Brasil. Ocupava o primeiro lugar especialmente em lucratividade e que, sob a nova administração do atual Governo, se projetara com eficiência e lucratividade. Mas a realidade é bem diferente, até porque a mentira é logo descoberta.

Em vinte e nove de fevereiro de 1983, quinze dias antes da posse do Governador José Richa, um balancete mensal da Banestado Corretora encaminhado ao Banco Central, já acusava um lucro de CR\$ 3.190.121.068,67 nos dois primeiros meses de 1983.

Um ano depois constatada uma inflação superior a 200%, o Presidente da Corretora anuncia com um grande feito e nos dois primeiros meses de 1984, a Corretora faturou a fantástica soma de CR\$ 3.020.000.000,00 e pulou para o primeiro lugar em eficiência e lucratividade do País.

Vamos desmistificar a declaração do ex-Presidente da Banestado Corretora de Valores, considerando apenas a variação da correção monetária, das ORTNs em fevereiro de 1983, quando o valor da ORTN era de CR\$ 3.085,59 e em fevereiro de 1984, CR\$ 8.285,97, com variação de 168.5% no período, o anunciado lucro nos dois primeiros meses de 1984, três bilhões e vinte milhões de cruzeiros, foi nominalmente inferior aos dos dois primeiros meses de 1983 na administração anterior, com três bilhões e cento e noventa milhões de cruzeiros em valores deflacionados, tem o valor real de CR\$ 1.792.284.800,00 e para ser igual pelo menos ao de 1983, deveria ter sido de CR\$ 8.566.675.000,00.

Conforme se viu em 29.02.83, a administração anterior já havia deixado um lucro na Banestado Corretora de CR\$ 3.190.121.068,67. Em 30.06.83, conforme balanço publicado na Gazeta do Povo de 30.07.83, a Banestado apresentou os seguintes resultados do primeiro semestre de 1983:

Lucro Operacional - CR\$ 4.399.100.000,00
Lucro Líquido - CR\$ 1.829.937.000,00

Repare-se que nos dois primeiros meses de 1983, a administração anterior gerou um lucro operacional de CR\$ 3.190.121.000,00, cabendo à nova administração apenas CR\$ 1.208.979.000,00 nos 4 meses restantes do semestre.

A má gestão dos novos administradores continuou no segundo semestre de 1983, pois o balanço semestral da Banestado Corretora, levantado em 30.12.83 e encaminhado ao Banco Central, apresenta um prejuízo líquido de CR\$ 1.000.835.000,00 e um lucro operacional de apenas CR\$ 657.419.000,00.

Mas a Banestado Corretora não publicou este balanço semestral encaminhado ao Banco Central. Mas o Balanço anual, em que se comparam apenas os resultados do ano de 1983, com os de 1982; os resultados camuflados, mas a sua verdadeira discriminação é a seguinte:

Lucro Operacional, em 1982, um bilhão, 486 milhões, 494 mil cruzeiros;

- em 83, primeiro semestre, 4 bilhões, 399 milhões e 100 mil cruzeiros;

segundo semestre, 657 bilhões, 419 mil cruzeiros;

lucro ou prejuízo líquido, em 1982, lucro líquido: 370 bilhões, 582 mil cruzeiros;

em 83, lucro líquido do primeiro semestre, 1 bilhão, 829 milhões, 937 mil cruzeiros;

em 83, segundo semestre, prejuízo líquido, 1 bilhão, 835 mil cruzeiros.

A Diretoria da Banestado Corretora, operou sim um grande milagre: recebeu a empresa em março de 83, com um lucro líquido de mais de 3 bilhões de cruzeiros e fechou dezembro de 83, com mais de um bilhão de cruzeiros de prejuízo.

Mesmo em valor nominal, sem considerar a inflação de mais de 200 por cento, o lucro operacional no segundo semestre de 82, foi superior ao do segundo semestre de 83, pois em 82 foi de 927 milhões, 519 mil cruzeiros, contra 657 milhões, 419 mil cruzeiros em 83.

Enquanto que o lucro líquido do segundo semestre de 82, foi de 184 milhões, 608 mil cruzeiros; e em 83 se realizou no segundo semestre, com prejuízo de 1 bilhão, 835 mil cruzeiros.

Mesmo com mais de um bilhão de cruzeiros de prejuízo, a prodigalidade do presidente da Banestado Corretora de Valores, sem explicação dos motivos, gastou, e isto nos interessa a todos os Senhores parlamentares, uma empresa com mais de um bilhão de cruzeiros de prejuízo no segundo semestre...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está esgotado o tempo de Vossa Excelência o Senhor Deputado. E restam 7 minutos no horário da Liderança do PDS.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - A Liderança concede 7 minutos para o Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Continua com a palavra o Senhor Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Mesmo com um prejuízo de um bilhão de cruzeiros, no segundo semestre de 83, a Banestado Corretora de Valores, teve a desfaçatez, Senhor Deputado, de gastar 205 milhões, 187 mil

cruzeiros, em publicidade mentirosa, para dizer que o Paraná, que era a primeira empresa do gênero no País. Mentira deslavada; mentira odiosa, que esta casa tem que repudiar, e que todos os deputados têm que cobrar. Porque não podemos deixar impune aqueles que lesaram os cofres do Paraná. Não podemos deixar impunes, aqueles que estão prejudicando dolosamente o Paraná.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - No entanto, quando o PDS traz a esta Casa, esta denúncia, o PMDB fugindo ao debate sério da questão...

(Pedidos de apartes) (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está com a palavra o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Quando, se pretende discutir nesta Casa com seriedade, uma questão de tamanha relevância, os homens do PMDB, vão a tribuna e acusam os deputados do PDS pelo fato de não estarem se importando com os escândalos do Governo Federal.

No entanto, estamos tão próximos dos escândalos do Paraná e o PMDB silencia diante deles.

É preciso que um secretário de estado, homem de confiança do Governador José Richa, não renuncie com a sua dignidade e com a sua compostura e venha a esta Casa acusar e denunciar as irregularidades do seu próprio governo.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vamos nos preocupar com a corrupção que está a poucos metros deste Poder. Vamos deixar a corrupção de Brasília para os Deputados do PMDB Federal e de todos os demais partidos..

Vamos tratar de higienizar esta que é nossa casa, porque esta que é a prerrogativa constitucional dos Deputados Estaduais.

Falam da corrupção do Governo passado. Aí está o Governo trabalhando em cima de uma declaração que o então candidato José Richa fez dizendo que não deixaria "pedra sobre pedra" do escândalo do governo anterior.

Aí está o governador com todo o instrumental para apurar as irregularidades.

E quero dizer Senhor Presidente; quero dizer aos Senhores Deputados, que ninguém vai ouvir deste Deputado a defesa de um ato de corrupção de qualquer governo, porque tenho no meu passado a inscrição da vigilância permanente contra os desmandos

administrativos.

Não tivesse eu esta convicção, e neste momento, talvez estivesse calado, porque na mesma secretaria em que o senhor Garanhão é Secretário, lá eu fui 4 anos, assessor de imprensa do Ex-Secretário Jaime Prosdócimo. Como também, passei pelo Conselho de Comunicação do Governo, e da mesma forma, ocupando cargo de gabinete em outros gabinetes secretariais.

Mas, felizmente, além de me poupar no sentimento do medo, Deus fez incluir no meu caráter este zelo pela coisa pública e este respeito que todos nós devemos ter para com todo o povo paranaense.

Talvez, por esta razão, projete eu neste pronunciamento aquele comportamento que eu gostaria que todos projetassem, porque não se trata de defender um partido político, mas se trata sim, de procurar restaurar a moralidade e a credibilidade de José Richa que em prosa e verso, cantou por este Paraná durante a campanha eleitoral.

Queremos esclarecimentos de tudo. Não aceitamos a afirmação leviana de que compete ao PMDB a apuração das irregularidades.

Esta questão só se tornou de domínio público depois que o nosso partido formalizou o pedido de informação, perante à Mesa desta Casa, em que já se suspeitava da boa gestão dos negócios públicos do Paraná, dos empréstimos internacionais.

E os secretários só vieram aqui depois que o PDS propôs a convocação do Secretário do Planejamento, mas depois de se render à vontade do Governador que abençoou uma decisão da bancada, o PMDB convocou os dois secretários como que querendo assumir a autoria da investigação.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Uma parte deste Paraná está sufocada, mas não é todo o Paraná que está amordaçado e ...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ... prova isto com muita segurança.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Tendo em vista que o Deputado Airton Cordeiro escondeu-se atrás do seu pronunciamento não permitindo apartes, eu me inscrevo em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere, Vossa Excelência está inscrito.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Antes que Vossa Excelência inicie a Ordem do Dia, consulto à Mesa sobre um requerimento meu, aprovado, pedindo a inclusão na Ordem do Dia, da Mensagem 01/84 que está em regime de urgência e foi requerido que se colocasse na Ordem do Dia mesmo sem apreciação da Comissão de Finanças, porque já está há mais de 20 dias. Eu consulto a Mesa sobre o que está acontecendo com esse Projeto n.º 1/84.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa verificará a situação do projeto, nobre Deputado, para inclusão na Ordem do Dia.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, eu agradeço a Vossa Excelência a lisura com que está procedendo, Presidente, autoridade máxima deste Poder, e só queria dizer a Vossa Excelência que o Deputado Airton Cordeiro não se escondeu, estava ali no plenário, na tribuna, até para levar um tiro dos inimigos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 22/84 que se encontra em 3.ª Discussão, na Ordem do Dia de hoje. **-Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 22/84, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Coronel CONFÚCIO PAMPLONA. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 156/83, que se encontra na Ordem do Dia de hoje, **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria dos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Tércio Albuquerque, acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 156/83, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que dispõe sobre a Ação Social do Estado no que respeita a educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiências, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria costante da Ordem do Dia.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 75/83, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de Utilidade Pública a "Associação GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 121/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC", com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 143/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

Trinta (30) Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para votação.

A Mesa procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, da Bancada do PDS.

O Sr. Orlando Pessuti (Questão de Ordem)

Pediria que informasse ao Plenário qual o requerimento que está sendo feita a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - Trata-se do Projeto de Lei n.º 143/83. Em discussão. (Pausa). Em votação (Pausa). Aprovado.

O Sr. Tércio Albuquerque - (Pela Ordem)
Requeiro a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa procederá a verificação de votação.

O Sr. Ferrari Júnior - (Pela Ordem) Só para registrar, Senhor Presidente, o PDS tem um Deputado em plenário, fugiu da raia de novo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto de Lei n.º 143/83, queiram levantar-se.

A Mesa solicita que os Senhores Deputados permaneçam em seus lugares, e solicita aos Senhores que não são Deputados que não permaneçam nas cadeiras do Plenário.

Vinte e um Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O Sr. Nilso Sguarezi - (Pela Ordem) Senhor Presidente, indago da Mesa qual o procedimento que a Mesa vai entender já que estamos em plena Ordem do Dia? Se os Deputados ausentes do Plenário terão falta para efeito de seus subsídios. Se for esse o entendimento, requeiro à Mesa a relação dos ausentes para posterior conferência.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa aplicará o que diz o Regimento Interno, e, para conhecimento dos Senhores Deputados, fará descontar dos Senhores Deputados que não se encontram em plenário.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Pela Ordem) - Para que seja verdadeiramente cumprido o Regimento Interno, que os Senhores Deputados que não responderam à chamada, estes sim, levarão o desconto que a Executiva assim o permitir. Porém os Deputados que responderam à chamada, mas usando também uma forma regimental de negar o seu voto, não há razão nenhuma para ser descontado. Que seja cumprido o Regimento.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) O Regimento Interno diz que Vossa Excelência falhou um pouco agora, por falta de amparo legal. Os Deputados que respondem à chamada, Senhor Presidente, não podem ser impingidos de faltosos. É a estratégia dos meus amigos do PMDB. Então Vossa Excelência não pode ter dois pesos e duas medidas, porque seria uma medida injusta Vossa Excelência descontar de quem está respondendo a chamada. Agora, não é obrigatório estarmos aqui na sequência.

O SR. PRESIDENTE - Nobre Deputado Gabriel Manoel, a Mesa não aceita a censura de Vossa Excelência, porque os Deputados que responderam à chamada, deram quorum para que a sessão tivesse prosseguimento. Evidentemente os Deputados que não responderam, levarão falta.

O SR. GABRIEL MANOEL - Muito Obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem). Diante do retorno apressados dos ilustres Deputados do PDS, eu requeiro de Vossa Excelência que considere o quorum inclusive para votação das matérias, desconsiderando a questão de ordem do Líder do PMDB, já que o PDS voltou rapidamente à sessão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem). Se Vossa Excelência atender à questão de Ordem do Deputado Ferrari Júnior nós estamos implantando um novo Regimento Interno na Casa.

O SR. PRESIDENTE - Não entendi a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Se Vossa Excelência atender a Questão de Ordem do Deputado Ferrari Júnior, Vossa Excelência irá desrespeitar o Regimento Interno. Como eu entendo que Vossa Excelência tem agido corretamente quando assume a Presidência da Casa, nós nos parabenizamos com a tomada da posição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa, para esclarecimento do Plenário, lerá o que diz o artigo 194, §2.º: (Lê)

Portanto, apenas os Deputados que estiverem em plenário, perceberão a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere a solicitação do Deputado Nilso Sguarezi, que deverá receber, portanto, uma cópia dos Deputados faltosos que não estão voltando neste momento. Há quorum apenas para discussão. Não para votação.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 241/83, de autoria do Deputado SABINO CAM-

POS, que declara de Utilidade Pública a "GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao artigo n.º 131 do estatuto dos funcionários civis do Estado, conforme especifica (assegura vantagens funcionais ao servidor em exercício de mandato eletivo Federal e Estadual). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (REGIME DE URGÊNCIA). **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 44/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 15/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM PASTOR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 17/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 22/84, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CONFÚCIO PAMPLONA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 32/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 85/84), objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Xambê as datas n.ºs 18 e 19, da Quadra 24 havidas pelo Estado por doação do referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 52/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (EM REGIME DE URGÊNCIA). **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 119/83, (Mensagem n.º 102/82 ex-Proposição n.º 88/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos Aditivos datados de 11.03.81, 11.06.81 e 09.06.82 ao Convênio celebrado em 11.11.80, entre o Estado do Paraná e o Município de Rio Negro, objetivando a construção de um micro-sistema de abastecimento de água. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 120/83, (Mensagem n.º 111/83, ex-Proposição n.º 106/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 30.11.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Araucária, objetivando recuperação das matas ciliares das Bacias dos Rios Iguazu e Passaúna. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 121/83, (Mensagem n.º 114/83 ex-Proposição n.º 109/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 10.º Termo Aditivo de 28.06.82, ao Convênio celebrado em 02.10.75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e SUDESUL, que objetiva continuar serviços da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 122/83, (ex-Proposição n.º 63/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Senhores Deputados, do exercício financeiro de 1982. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 123/83, (Mensagem n.º 153/83 ex-Proposição n.º 140/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.07.83 entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 152/83, ex-Proposição n.º 139/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de

Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 31.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Bocaiuva do Sul, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da "COMEC", nos Programas de Obras que especifica. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 126/83, (Mensagem n. 146/83 ex-Proposição n. 134/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 127/83, (Mensagem n. 144/83 ex-Proposição n. 120/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 128/83 (Mensagem n. 143/83, ex-Proposição n. 119/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 26.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança pública e o Município de Paranaguá, objetivando regular ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 130/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que denomina "DEPUTADO LUIZ GABRIEL SAMPAIO", o pequeno auditório (Plenarinho) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 132/83, (Mensagem n. 154/83- ex-Proposição n. 141/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 241/83, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Janiópolis, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 134/83, (Mensagem n. 159/83- ex-Proposição n. 145/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 135/83, (Mensagem n. 157/83- ex-Proposição n. 143/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Grandes Rios e Santa Terezi-nha, visando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 136/83, (Mensagem n. 127/83, Ex-Proposição n. 127/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10.08.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaíra e Matelândia, objetivando execução de obras Públicas em conformidade com o "PROSAFRAS". **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 03/84, (ex-Proposição n. 34/84) oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982. **Encerrada a discussão.**

O SR. PAULO FURIATTI - Eu gostaria de cancelar a minha inscrição em Explicações Especiais, visto que o Deputado Airton Cordeiro fugiu.

O Sr. Tércio Albuquerque- (Pela Ordem)- Senhor Presidente, o Deputado Airton Cordeiro está em Plenário. Não aceitamos...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Faz soar os tímpanos.

O Sr. Gabriel Manoel- (Pela Ordem)- O Deputado está ligeiramente obsecado, talvez esclerosado, porque "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta". Já dizia Rui Barbosa, e o Deputado Airton Cordeiro está aqui firme, inerte, mas sempre alerta.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 99/84, oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça que determina sustação da denúncia crime n.º 03/84, em que é indiciado o Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, na forma que especifica. (EM REGIME DE URGÊNCIA). **Encerrada a discussão.**

O Sr. Paulo Furiatti - (Pela Ordem) Eu volto a pedir a minha inscrição para Explicações Pessoais, visto que o Deputado Airton Cordeiro se dignifica a ouvir o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 08/84, (Mensagem n.º 45/84 - ex-Proposição n.º 57/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova 1.º Termo Aditivo de 25/10/83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 137/83, celebrado em 06/05/83 através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kaloré, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 09/84, (Mensagem n.º 62/84 - ex-Proposição n.º 67/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05/01/84, através da Secretaria da Agricultura de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Feira Agropecuária e Industrial, na Sede do referido Município. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 10/84, (Mensagem n.º 80/84 - ex-Proposição n.º 80/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e

Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé n.º 558/83 e Piraí do Sul n.º 501/83, objetivando execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos Municípios. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 11/84, (Mensagem n.º 79/84 - ex-Proposição n.º 79/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL -, Municípios e objetivos que especifica. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 12/84, (Mensagem n.º 77/84 - ex-Proposição n.º 77/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 13/84, (Mensagem n.º 78/84 - ex-Proposição n.º 78/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios celebrados em 09/12/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando implantação de melhorias de infra-estrutura urbana. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 100/84, (Mensagem n.º 91/84 - ex-Proposição n.º 96/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a E.B.T.U., a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Curitiba, com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 126/83) que considera como área especial de interesse turístico conforme disposto na Lei Federal n.º 6.513 de 20/12/77, área de terras descrita no Decreto Estadual n.º 4.484/81. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **En-**

cerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 119/83, de 24/10/83, Mensagem 126/83 anteprojeto de lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 199/83

Origina-se o presente Projeto de Lei de Mensagem Governamental n. 126/83, que objetiva considerar como Área Especial de Interesse Turístico, para os fins do disposto na Lei Federal n. 6.513, de 20 de dezembro de 1977, área de terras descrita no Decreto Estadual n. 4.484/81.

A área objeto da grande análise fica situada nos Municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, sendo considerada de grande valor histórico, artístico, arqueológico e pré-histórico, devendo dessa forma merecer do Poder Público, a proteção de seus recursos naturais renováveis, suas paisagens notáveis, bem como suas localidades e acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas e de lazer.

Tal imóvel destina-se ao "Parque Marumbi I".

Ressaltam dos termos da Justificativa o interesse público da medida, bem como sua oportunidade e mesmo conveniência.

Os requisitos formais e regimentais estão aqui presentes, inexistindo qualquer óbice ao prosseguimento da marcha processual do Projeto, razão por que opinamos favoravelmente à aprovação do mesmo.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 199/83

A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental n. 126/83, encaminhada a esta Casa, objetiva considerar como Área Especial de Interesse Turístico, o imóvel destinado ao Parque Marumbi I.

Este imóvel, que é constituído de terras públicas e particulares possui uma área de 66.792.9900 hectares, e está situado nos municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, com as medidas e especificações do respectivo memorial descritivo, aprovado pelo Decreto Estadual n. 4.484/81.

Vale ressaltar que o presente Projeto de Lei, já foi examinado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Turismo.

Não há dúvida de que a mensagem governamental consubstanciada matéria de relevante interesse público, não ferindo qualquer dispositivo, deva ser julgado por esta Comissão de Terras, Imigração e Colo-

nização com o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/04/83

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente;
ORLANDO PESSUTI - Relator.

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI N. 199/83

PARECER

A proposição em tela, Mensagem n. 126/83, oriunda do Executivo Estadual, transformada em Projeto de Lei n. 199/83, destina-se a considerar Área Especial de Interesse Turístico, faixa de terra compreendida pelo parque Marumbi I, área esta, que abrange parte dos Municípios de: Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. Sobejamente sabido da necessidade de se transformar a nossa Serra do Mar em parque de preservação permanente da fauna e da flora e principalmente de seu valor histórico, artístico, arqueológico e demais recursos naturais ali existentes para que os municípios abrangentes ou mesmo a Paranatur possam promover espaços destinados à prática de atividades recreativas diversas, dando melhor aproveitamento turístico à região que, sem sombra de dúvidas, poderá ser igualada as melhores regiões congêneres do país.

Para que isso possa se tornar possível há necessidade de legislação específica que atenda esta preservação, pois a falta de uma política realista de preservação estaria facilitando os "famosos" deslizamentos pela desproteção arbórea das encostas. Temos como exemplo vivo, desta situação, o recente deslizamento ocorrido num terreno da estrada da Graciosa um dos pontos marcantes de Turismo em nossa Serra do Mar, aliás ponto de Turismo incluído em quase todos os roteiros das empresas especializadas.

Para que a incrementação do Turismo na Região, tenha como atrativo a naturalidade, é preciso evitar a depredação, bem como, a degradação pela ação humana do sistema natural da região.

Pela exposto, somos de PARECER favorável a aprovação da presente matéria, que é de alto interesse do setor turístico de nosso Estado.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22/11/83.

(a) DONATO GULIN - Presidente - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Augusto Valim, ocorrido no Município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Nicolau Feres, ocorrido no dia 23 de maio do corrente ano, no Município de Antonina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alice Guimarães de Paula Xavier, ocorrido no dia 17 de maio do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Doutor Atiliano de Oms Sobrinho, pela conquista nos Estados Unidos da América, do título de campeão mundial em WPX-SSB da The Radio Amateur's Found. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de maio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado daquela Companhia, no Município de Nova Olímpia. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfriato, contante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado daquela Companhia, no Município de Cidade Gaúcha. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo cópias do orçamento analítico de 1984, bem como das contas telefônicas dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio do corrente ano, de todas as linhas telefônicas instaladas na sede do referido órgão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma arquibancada no Estádio Azarias Diniz, no Município de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da secretaria da Agricultura, encarecendo a destinação de um engenheiro agrônomo e um técnico agrícola para dar assistência profissional junto à ACARPA no Município de Goioerê. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, costante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma via de pedestres no Município de Roncador. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às bancadas de todos os partidos no Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal), encarecendo apoio na aprovação por unanimidade do Projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, regulamentando a profissão de Técnico Agrícola. **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Registro com satisfação, a presença neste plenário, do Senhor Deputado Federal Amadeu Geara.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Presidente da CAFE DO PARANÁ, encarecendo que o Município de Mariluz integre o Projeto Micro Bacias, ligando ao município de Campo Mourão. **Encerrada a discussão.**

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Eu quero cancelar as minhas Explicações Pessoais, visto que o Senhor Deputado Aírton Cordeiro não se encontra aqui para ouvir o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito 7 de Maio, Município de Cambira. **Encerrada a discussão.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Requeiro que me inscreva em Explicação Pessoal, porque o Deputado Aírton Cordeiro está na Casa e não vejo necessidade nenhuma de que algum Deputado seja obrigado a ouvir o outro, mas eu peço a inscrição para Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere.

O SR. PAULO FURIATTI - Pela ordem, Senhor Presidente. Eu volto a me inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso ao Colégio Adventista, no Município de Ivatuba. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja convocado o Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, para proceder análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de Governo, **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a criação de uma linha de ônibus intermunicipal ligando Curitiba-Mandirituba, em caráter exclusivo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Presidente da CAFE DO PARANÁ, encarecendo a instalação de um posto da mesma nos Municípios de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando moção de apoio às reivindicações dos servidores das instituições federais de ensino superior (professores e funcionários técnicos e administrativos). **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Senhor Secretário do Planejamento, no sentido de alterar a minuta de projeto de lei encaminhando aos Municípios para o convênio do PRAM. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, para que o mesmo determine o cumprimento do estabelecimento no Decreto Federal n.º 2068 de 9 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial da União, ao Senhor Chefe da CIRETRAN no Município de Jacarezinho. **Encerrada a**

discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Senhorita Maria Celina Gonçalves, pela sua eleição como Presidente do Lar da Acadêmica de Curitiba. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com a Senhorita Claudete Maria Campana, pela sua eleição como Presidente da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. **Encerrada a discussão.**

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de quorum, para ver se tem número para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

15 Senhores Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a instalação de um posto de atendimento daquele Instituto no Município de Jandaia do Sul. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto avançado da mesma, no Município de Indianópolis. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação de rede de água no Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a instalação de um sub-delegacia de polícia no Distrito de São Luiz, Município de Mariluz. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Extraordinária para logo após.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10.^a LEGISLATURA- 2.^a SESSÃO LEGISLATIVAATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril, do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado ACIR MEZZADRI. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado HOMERO OGUIDO apresentou a redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 21/82, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32/83, visando autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, área de terras que especifica. PROJETO DE LEI N.º 215/83, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que denomina Escola Estadual Eurides Cavalcanti Tenório- Ensino de 1.º Grau, a atual Escola Estadual Emile Durkheim, na Cidade de Cruzeiro do Sul. PROJETO DE LEI N.º 218/83 de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação Missionária de Assistência Social Reverendo Darcy Miranda Gonçalves, com sede e foro em Toledo. PROJETO DE LEI N.º 220/83, de autoria do Deputado Trajano Bastos que declara de utilidade pública o Grêmio dos Moradores do Parque Residencial Fazendinha, com sede e foro nesta Capital, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO DE N.ºs 110/83, 113/83, 114/83, 115/83, 116/83 e 117/83, os quais foram A P R O V A D O S sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

pelo Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA- 2.^a SESSÃO LEGISLATIVAATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Ervin Bonkoski, Artagão Mattos Leão, Edmar Luiz

Costa, Hermas Brandão, Anibal Khury, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso e Nelson Buffara. Presente à Sessão, o Prefeito de Rio Negro, Senhor Alceu Antônio Swarowski. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia:

- 1) PROJETO DE LEI N.º 48/84, do Deputado Roberto Requião. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Autódromo, com sede nesta Capital. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado.
- 2) PROJETO DE LEI N.º 52/84, do Deputado Adhail Sprenger passos. Declara de Utilidade Pública a Fundação Aristides Athayde, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado.
- 3) PROJETO DE LEI N.º 49/84, do Poder Executivo- Mensagem 87/84. Encaminha anteprojeto de lei, objetivando alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Requerimento de vistas do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, Gilberto Carvalho e Anibal Khury. Deferido.
- 4) PROJETO DE LEI N.º 259/83, do Deputado Rubens Bueno. Dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, (Lei Orgânica dos Municípios), conforme especifica. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado.
- 5) PROJETO DE LEI N.º 62/84, do Deputado Rubens Bueno. Estabelece piso salarial para o funcionalismo público estadual da Administração Direta e Indireta. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requerimento de vistas do Deputado Edmar Luiz Costa.
- 6) PROJETO DE LEI N.º 64/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a isentar o Educandário São José das taxas de água e energia elétrica, com sede e foro em Paranavaí. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado.
- 7) PROJETO DE LEI N.º 56/84, do Deputado Nilso Sguarezi. Declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Allan Kardec, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado.
- 8) PROJETO DE LEI N.º 200/83, do Deputado Donato Gulin. Dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73. Remuneração de Vereador e representação de Presidente de Câmara Municipal. Relator Deputado Homero Oguido. Requerimento de vistas do Deputado Edmar Luiz Costa.
- 9) PROPOSIÇÃO N.º 89/84, do Poder Executivo- Mensagem n.º 46/84. Encaminha cópias de Termos de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a recuperação de estradas. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado.
- 10) PROPOSIÇÃO N.º

32/84, do Poder Executivo- Mensagem n. 29/84. Encaminha cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.07.83, entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Helena, objetivando a recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N. 206/83, do Deputado Edmar Luiz Costa. Declara de utilidade pública a Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. 12) PROPOSIÇÃO N. 61/84, do Poder Executivo, Mensagem n. 56/84. Encaminha cópias autênticas de convênios celebrados em 29.12.83 entre o Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle à erosão, nos referidos municípios, em conformidade com o PRONOROESTE. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO N. 35/84, do Poder Executivo - Mensagem n. 32/84. Encaminha cópia do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, de 09.05.83, entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e o Município de Enéas Marques, objetivando ação conjunta à execução do PROSAFRAS. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO N. 52/84, do Poder Executivo - Mensagem n. 130/83. Encaminha cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.07.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Londrina e Mamborê, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 15) PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 04/84, do Deputado Roberto Requião. Veda o uso de placas sigilosas nos veículos da ALEP. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI N. 179/83, do Deputado Antônio Annibelli. Autoriza o Poder Executivo a isentar o Jockey Club do Paraná, dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no livro 3-M, sob n. 17386, de 23.05.61, do cartório da 2.^a Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 17) PROPOSIÇÃO N. 76/84, do Poder Executivo- Mensagem n. 76/84. Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 18) PROPOSIÇÃO N. 86/84, do Poder Executivo - Mensagem n. 65/84. Encaminha cópias de convênios entre o Estado através da Secre-

taria da Agricultura e os Municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento de setores agropecuários do Estado. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 19) PROPOSIÇÃO N. 53/84, do poder Executivo- Mensagem n. 132/83. Encaminha cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.07.83, entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Nova Aurora e Ribeirão do Pinhal, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Relator Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 20) PROPOSIÇÃO N. 125/83, do Poder Executivo - Mensagem n. 124/83. Encaminha cópia autêntica de termos aditivos de revigoramento, datadas de 28.07.83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, visando a execução de obras de interesse público. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. 21) PROJETO DE LEI N. 233/83, do Deputado Orlando Pessuti. Dispensa das atividades próprias de seu cargo de funcionário público, o Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, sem prejuízo financeiro e funcional. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer contrário. Aprovado. 22) PROJETO DE LEI N. 71/84, do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a isentar a COLSAN- Londrina, Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, das taxas de energia elétrica e água, com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, Secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado, com a presença dos Senhores Deputados Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Amélia Hruschka e os seguintes convidados: Mirian Regina Kuck, Lúcia Maria Menezes Andrade, Rosa Olindina Teixeira de Souza, Paulo Perna, Yoshiro Yoshida, Rosa Sampaio, Ma-

ria Tereza Wolff de Carvalho, Rosângela Sucato, Maria Celi de Albuquerque, Elza Maria Campos, Luiz Loures, Regina Maria Yamaguhi Sato, Alice Koyashihi Giacomini, Maria Francisca Tereza Caldeira Silveira, Rejiane Succk Tavares e Vânia Muniz Nequer. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, e em seguida concedeu a palavra à enfermeira sanitarista Vânia Muniz Nequer, que em nome dos profissionais de Saúde Pública, solicitou dos membros da Comissão de Saúde o empenho na designação de Profissionais em Saúde Pública para os Cargos de Chefias de Centros de Saúde, com tempo integral e que os mesmos possam viabilizar a diretriz do Governo para elaboração, controle e execução das ações de Saúde; treinamento de pessoal da própria Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social; promover a integração e coordenação dos Centros de Saúde com outros órgãos, com Prefeituras, abrangendo um amplo projeto de municipalização progressivo de serviços da Associação dos Profissionais de Saúde e, encerrando, solicitou posicionamento da Comissão e a divulgação aos demais Deputados e inclusive à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. Foram lidos também, notas de esclarecimentos de Associações Comunitárias hipotecando solidariedade à Sanitarista Vânia Muniz Nequer. Usando da palavra, o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos informou que em reunião realizada em 07 de junho de 1983, a Comissão já deliberou sobre este assunto. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que, tendo em vista a discussão a respeito da ocupação de Cargos de Chefias da estrutura da Saúde Pública, por profissionais das várias categorias que compõem a equipe da Saúde, que officie-se à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, ratificando a posição da Comissão quanto à ocupação de Cargos de Chefias por quaisquer profissionais da Saúde, fazendo acompanhar cópia da Ata da Sessão realizada em 07 de junho de 1983. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA

Presidente

IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO
Secretária.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 10.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1984.
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nestor

Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Fuad Nacli.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O 2.^o SECRETÁRIO- procede a leitura da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 14/84, (Mensagem n. 36/84- ex-Proposição n. 39/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, em 26.11.83 e o Município de Telêmaco Borba, objetivando regular implantação dos serviços de segurança contra incêndio e prestação de socorros públicos na área do referido Município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 15/84, (Mensagem n.º 44/84, ex-Proposição n.º 56/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 24.11.83, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério do Interior, através da SEMA, objetivando proteção da biota nativa nas áreas destinadas a sua preservação e conservação. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 16/84, (Mensagem n.º 37/84- ex-Proposição n.º 40/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05.12.83, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tijucas do Sul, objetivando realização da VIII FEMUBASA - Festa Municipal da Batata Salsa. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Ordinária para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 143/83 e 241/83, e do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, e dos Projetos de Lei n.ºs 14/84, 15/84, 17/84, 32/84, 52/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119/83, 120/83, 121/83, 122/83, 123/83, 124/83-126/83, 127/83, 128/83, 130/83, 132/83, 134/83, 135/83, 136/83, 03/84

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83 e do Projeto de Resolução n.º 99/84.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 08/84, 09/84, 10/84, 11/84, 12/84, 13/84, 100/84, e do Projeto de Lei n.º 199/83.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 14/84, 15/84, 16/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 17/84, 18/84, 19/84, 21/84, 22/84, 23/84, 24/84.

Levanta-se a Sessão.